

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH MESTRADO  
PROFISSIONAL EM HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-  
APRENDIZAGEM**

**PPGH**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

**O ENSINO DE HISTÓRIA PATRIMONIALIZADO: UMA EXPERIÊNCIA  
FORMATIVA NO PROGRAMA SOCIOPROFISSIONALIZANTE  
PROJETO PESCAR REFINARIA RIOGRANDENSE**

**Márcia Alonso Piva da Silva**

**RIO GRANDE, 2018**



**MÁRCIA ALONSO PIVA DA SILVA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA PATRIMONIALIZADO: UMA EXPERIÊNCIA  
FORMATIVA NO PROGRAMA SOCIOPROFISSIONALIZANTE  
PROJETO PESCAR REFINARIA RIOGRANDENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em História na linha de concentração de estudos “História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem”, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos

**MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente e Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

---

1<sup>a</sup> Avaliadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Adriana Kivanski de Senna  
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

---

2<sup>a</sup> Avaliadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Gianne Zanella Atallah  
Prefeitura Municipal do Rio Grande – SECULTRG/PMRG

“Enquanto ensino continuo buscando, reprocuro. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Paulo Freire

Ao Piva e nossos filhos Marília, Malena e Rogério  
pelo apoio irrestrito e amor incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus por tudo em minha vida.

Agradeço a minha imensa e unida família pelo apoio e incentivo a continuar sempre sonhando em ser uma profissional melhor.

Aos meus queridos jovens do Projeto Pescar, vocês são a mola propulsora na minha profissão de professora.

Aos meus colegas da Rede Pescar, que aceitaram fazer parte deste trabalho.

À Refinaria Riograndense, em especial minha grande amiga Andrea Muller, que incansavelmente me apoiou com suas palavras de carinho e por acreditar sempre no meu trabalho como Educadora Social.

À minha orientadora e amiga, Rita Grecco, que me orientou com autonomia, para que eu fizesse minhas escolhas, que compreendeu e me ajudou a superar minhas dificuldades e a chegar a esse momento.

Aos colegas e professores do Mestrado, que me enriqueceram com suas experiências de vida e conhecimento.

Aos meus amados filhos Marília, Malena e Rogério Filho, razão da minha vida. Muito obrigada por acreditarem sempre em mim, com dedicação e paciência me auxiliarem a lidar com as tecnologias da informação necessárias para concluir esse trabalho.

Termino agradecendo ao meu amigo, minha inspiração, meu marido, meu amor, Rogério Piva. Essa dissertação é fruto do teu incentivo, da tua parceria em todos os instantes para que eu alcance meus objetivos. O sonho só se tornou realidade porque sonhamos juntos, todas as vezes que eu acreditava estar em um pesadelo, tu me mostravas a certeza de estar construindo uma realidade sempre juntos.

## RESUMO

A educação Patrimonial é ação permanente e metódica do trabalho educativo do ensino de história, tendo como foco o Patrimônio Cultural e suas manifestações. Entretanto, os conceitos de patrimônio cultural e, por conseguinte, o interesse por sua preservação, ainda estão muito distantes de certas camadas da população. Nesse sentido e com propósito de instigar os indivíduos ao conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, a presente pesquisa, que se caracteriza como um estudo qualitativo, tem por objetivo investigar a experiência da inserção da Educação Patrimonial no programa socioprofissionalizante para os jovens em vulnerabilidade social, matriculados no Projeto Pescar da Refinaria Riograndense nos anos de 2016 e 2017. O estudo teve como processo investigar se os jovens do Pescar possuíam entendimento sobre o conceito de patrimônio cultural, qual sua concepção sobre a relevância da preservação patrimonial e, posteriormente, quais as contribuições que essa ação educativa trouxe aos jovens. Também buscou-se averiguar qual é o entendimento das outras educadoras da Rede Pescar sobre a Educação Patrimonial e se esse tema é ou já havia sido explorado em outras unidades da Rede Pescar e quais as contribuições que essa ação educativa traz aos jovens. A análise dos resultados demonstra que os estudantes e as educadoras, em sua grande maioria, desconheciam o tema. Da mesma forma, ficou evidenciado na escrita dos jovens o quanto positivas foram as contribuições desta atividade para o conhecimento dos bens culturais de nosso município e a valorização do patrimônio cultural para a história individual e coletiva da comunidade. Logo, trazer o estudo do patrimônio cultural para um campo democratizado, oportunizou a todos os indivíduos envolvidos a se sentirem responsáveis por ele. Portanto, considera-se de fundamental importância a inclusão da Educação Patrimonial no currículo do Programa Projeto Pescar.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Vulnerabilidade Social; Projeto Pescar; Refinaria Riograndense; Patrimônio Cultural.

## ABSTRACT

Patrimonial education is permanent and methodical action of educational of history teaching work, focusing on Cultural Patrimony and its manifestations. However, the concepts of cultural heritage and, therefore, the interest in its preservation, are still very distant from certain layers of the population. In this sense and with the purpose of instigating individuals to the knowledge, appropriation and valorization of their cultural heritage, the present research, which is characterized as a qualitative study, has the objective of investigating the experience of the insertion of patrimonial education in the socio-vocational program for young people in social vulnerability, enrolled in the Fishing Project of the Refinaria Riograndense in the years 2016 and 2017. The study had as a process to investigate if the young people of Pescar had an understanding about the concept of cultural heritage, what their conception about the relevance of the patrimonial preservation and, later, what the contributions that this educational action brought to the young people. Also, it sought to find out what the other educators of the Fishing Network about Heritage Education are and whether this topic is or had already been explored in other units of the Fishing Network, the contributions that this educational action brings to young people. The analysis of the results shows that the majority of the students were not aware of the subject. Likewise, it was evidenced in the writing of young people how positive the contributions of this activity to the knowledge of the cultural assets of our municipality and the valuation of cultural heritage for the individual and collective history of the Community. Therefore, bringing the study of cultural heritage to a democratized field has made it possible for all the individuals involved to feel responsible for it, so it is possible to consider the inclusion of heritage education in the curriculum of the Fishing Project Program as fundamental.

**Key words:** Patrimonial Education; Social Vulnerability; Projeto Pescar; Refinaria Riograndense; Cultural Heritage.

## **LISTA DE SIGLAS**

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo

FPP - Fundação Projeto Pescar

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NEPE - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação para as infâncias

ONG - Organização Não-Governamental

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PSP - Programa Social Pescar

RPR - Refinaria de Petróleo Riograndense

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIGI - Sistema de Gestão Integrado

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira turma do Projeto Pescar.....	48
Figura 2 – Estrutura Organizacional da FPP .....	51
Figura 3 – Execução do Programa social Pescar.....	52
Figura 4 – Quadro de cursos de iniciação profissional.....	52
Figura 5 – Francisco Martins Bastos .....	54
Figura 6 – Refinaria início da década de 40. ....	55
Figura 7 – Localização da cidade do Rio Grande.....	61
Figura 8 – Mapa de localização dos Bens Culturais – Rio Grande .....	62
Figura 9 – Prédio da Alfandega.....	63
Figura 10 – Catedral de São Pedro. ....	64
Figura 11 – Capela da Ordem 3ª de São Francisco. ....	65
Figura 12 – Quartel General. ....	66
Figura 13 – Sobrado dos Azulejos.....	67
Figura 14 – Fábrica Rheingantz .....	68
Figura 15 – Paris Hotel.....	69
Figura 16 – Prefeitura Municipal do Rio Grande .....	70
Figura 17 – Reservatório Metálico, a caixa d’água da Hidráulica .....	71
Figura 18 – Turma ano 2016. ....	73
Figura 19 – Imagens atuais dos bens mais votados da turma 2016.....	74
Figura 20 – Prédio Complexo da Fábrica Rheingantz.....	75
Figura 21 – Conceituando o Patrimônio.....	76
Figura 22 – Análise dos materiais. ....	78
Figura 23 – Visita Técnica à Fábrica Rheingantz no dia 19/07/2016. ....	79
Figura 24 – Exposição de fotos realizada pelos jovens. ....	79
Figura 25 –Turma ano 2017. ....	81
Figura 26 – Imagens atuais dos bens mais votados da turma 2017.....	82
Figura 27 –Turma 2017 no Mercado Público.....	83
Figura 28 – Pesquisa na Internet realizada pela turma de 2017. ....	84
Figura 29 – Palestra do Escritor e Jornalista Willy César UPP.....	87

Figura 30 – Esboço do antigo Mercado.....	85
Figura 31 – Mercado Público do Rio Grande - século XIX.....	85
Figura 32 – Mercado com dois pavimentos – anos 50.....	86
Figura 33 – Mercado público 2010 e 2017.....	86
Figura 34 – Visita técnica no Mercado em 23/08/17.....	88

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2.	<b>A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA</b> .....	19
3.	<b>PERCURSO TEÓRICO – METODOLÓGICO</b> .....	25
4.	<b>EM BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL</b> .....	35
	4.1 Patrimônio Cultural .....	35
	4.2 Educação.....	38
	4.3 Educação Patrimonial .....	41
5	<b>PROJETOS SOCIAIS, PROJETO PESCAR E A REFINARIA RIOGRANDENSE</b> .....	47
	5.1 Projetos sociais .....	47
	5.2 O Projeto Pescar .....	49
	5.3 Um breve relato sobre a Refinaria de Petróleo Riograndense .....	54
	5.4 A responsabilidade social com a cidade do Rio Grande.....	58
6	<b>BENS CULTURAIS DO RIO GRANDE E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROJETO PESCAR DA REFINARIA RIOGRANDENSE</b> .....	62
	6.1 Bens culturais do Rio Grande.....	62
	6.2 A Educação Patrimonial no Pescar.....	73
	6.2.1. O Patrimônio Eternizado na Sala de Aula – Turma 2016 .....	74
	6.2.2. O Patrimônio Eternizado na Sala de Aula – Turma 2017... ..	82
	6.3 Resultados.....	89
	6.3.1 Percepções dos jovens sobre Educação Patrimonial... ..	89
	6.3.2 Entendimento dos educadores da Rede Pescar sobre Educação Patrimonial.....	93
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
8	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
	Apêndice A	
	Apêndice B	

# 1. INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial é ação permanente e metódica do trabalho educativo, tendo como foco o Patrimônio Cultural e suas manifestações.

Como uma modalidade de intervenção pedagógica, ela se torna pertinente nas práxis de um professor, pois esse é um profissional cujo trabalho demanda desafios, certezas e incertezas de uma construção diária de mobilidades de saberes, com propósito de levar seus estudantes a perceberem-se como ser social, que vivem numa determinada época e espaço, construindo sua própria história e valorizando os esforços que seus antepassados tiveram na criação do processo civilizatório no qual se encontram. Da mesma forma, o pensamento histórico, consiste na tarefa realizada pelas pessoas de olharem e voltarem para seu passado, a fim de poderem ir à frente em seu agir, tornando o futuro mais esperável.

Ao possibilitar o resgate do passado pela lembrança histórica, estimula-se uma extensão da consciência subjetiva da historicidade. Que segundo o historiador Rüsen:

a consciência histórica está fundada nesta ambivalência antropológica: “o homem só pode viver no mundo, relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão” (RÜSEN, 2001, p. 57).

Trabalhar com a Educação Patrimonial, com o Patrimônio Cultural, possibilita impulsionar o ensino de história, fazendo com que o estudante se aproprie da cultura, do bem patrimonial para aprender história, olhando o passado com o sentido no presente. Neste caso, a história do município sendo utilizada como um recurso didático e metodológico, aliando a possibilidade do uso do patrimônio como uma ação histórica. Conforme aponta Bittencourt “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência” (2009, p. 168).

A expressão Educação Patrimonial foi introduzida no Brasil em 1983 como uma metodologia inspirada no modelo da *heritageeducation*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro difundiram o Guia Básico de Educação Patrimonial, tornando-se o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para as autoras a Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”,

centralizado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Neste contexto, segundo Silva, o conceito de patrimônio vem sendo edificado ao longo dos anos, a partir da complexa transformação da sociedade quanto a seus sentidos, gostos, preferências e valores. “O conceito foi passando de uma definição redutora, materialista e tradicionalista para uma visão mais antropológica” (2013, p. 111). Prats (1998), adverte sobre o caráter polissêmico que tem adquirido o termo, definindo patrimônio cultural como tudo aquilo que socialmente se considera digno de conservação independente de seu interesse utilitário.

A partir desse conceito e com o propósito de instigar os indivíduos ao conhecimento, à apropriação e à valorização de sua herança cultural, torna-se essencial trabalhar o tema do patrimônio em diferentes espaços de ensino e de escolarização, favorecendo um processo de Educação Patrimonial.

Mas também é necessário que todos, inclusive os jovens que abandonaram o ambiente escolar e aqueles que se encontram em uma situação de vulnerabilidade econômica e social, tenham acesso a essa modalidade de formação e que possam fazer sua leitura ou releitura do que lhe rodeia, oportunizando a compreensão do universo sociocultural e do caminho histórico-temporal, permitindo a valorização e a preservação da identidade histórica e cultural de uma época e de uma sociedade, contribuindo para a constituição e ampliação de seu capital cultural (BORDIEU, 1998).

Nessa perspectiva, em 2014 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), segundo a qual havia 33,2 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos no Brasil e que metade dos jovens brasileiros com 18 anos de idade deixava definitivamente a escola. Ao mesmo tempo, os dados do Banco Mundial afirmam que atualmente mais de 9,2% das famílias brasileiras e mais de quatro milhões de brasileiros com até 25 anos de idade vivem abaixo da linha da extrema pobreza<sup>1</sup>. Esses dados preocupantes apontam a situação de fragilidade e vulnerabilidade social da juventude brasileira que não tem acesso à informação formal.

Segundo Oliveira: “[...] os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza” (1995, p. 9). Entretanto, “nem todos os vulneráveis são indigentes” (*ibidem*), pois entende que além

---

<sup>1</sup> O termo é classificado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para famílias com renda de até um quarto do salário mínimo per capita.

dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis. No viés econômico, os grupos de “carentes”, “necessitados” e “pobres” se constituem nos eventuais grupos de vulneráveis da sociedade.

Com o intuito de minorar esta grave situação, surgiram a partir da década de 1970 os projetos sociais, geralmente encabeçadas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas.

No Brasil, tais projetos começam a ganhar força e evidências com o fim do Regime Militar. A partir dos anos 1990 com a eleição do presidente Fernando Collor de Melo e a adoção de políticas neoliberais, ampliam-se os projetos sociais e de ajuda humanitárias. De acordo com Park (2007, p. 239), projetos sociais são ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e da análise sobre um determinado problema e buscam contribuir em procurar por um ou outro resultado aceitável. Os projetos podem ser apenas de cunho social ou também educacional.

Em consonância com o desenvolvimento destas atividades e ainda no período do regime militar no Brasil, surge no ano de 1976 na cidade de Porto Alegre/RS o Projeto Pescar, idealizado pelo empresário gaúcho Geraldo Linck<sup>2</sup>.

Segundo o Relatório anual da Rede Pescar, a motivação para originar o projeto ocorreu quando Geraldo assistiu à cena de um jovem assaltar um idoso. O empresário ficou perplexo ao ver a agilidade do garoto contra a fragilidade da vítima e então pensou em fazer algo que pudesse mudar essa situação de violência que crescia entre os jovens. Como dirigente da empresa Linck S/A, ele cria, no mesmo ano, a primeira unidade do projeto social, denominado Projeto Pescar – a Escola Técnica Linck, que tinha como objetivo preparar indivíduos de baixa renda, selecionados no entorno de sua empresa para participar do curso de Mecânica Automotiva. A denominação do projeto teve como inspiração o provérbio chinês: “Se quiseres matar a fome de alguém, dá-lhe um peixe. Mas se quiser que nunca mais passe fome, ensina-o a pescar”, daí o nome Projeto Pescar.

O Pescar é um programa socioprofissionalizante desenvolvido pela Fundação Pescar<sup>3</sup> com um trabalho consolidado em redes de cooperação para abranger um maior número de jovens de idade entre 16 e 19 anos. Os programas são executados com apoio da rede de atendimento à infância e à juventude, unindo instituições, empresas e pessoas em uma ação

---

2 Geraldo Tollens Linck (\*1927 + 1998) foi um empresário gaúcho, filantropo, velejador e escritor de livros sobre viagens. Dados do Relatório Anual de 2015.

3 Fundação Pescar é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, que cumpre sua missão com o investimento social, privado e público. <https://site.projetopescar.org.br/a-fundacao>

colaborativa em prol aos jovens em vulnerabilidade social, promovendo oportunidades de desenvolvimento pessoal, cidadania e iniciação profissional.

Geralmente, cada edição do Projeto Pescar tem duração de um ano letivo e durante o seu período de existência já atendeu 1731 jovens em 82 unidades espalhadas por todo o território nacional, além de unidades em Angola, Argentina, Paraguai e Peru.

No Rio Grande do Sul onde mais de 10% da população está na faixa etária entre 10 e 19 anos, se encontram a maior parte das unidades do Pescar. No que tange especificamente ao Brasil, os dados do IBGE apontam que houve, de 2002 para 2017, um aumento significativo de jovens que deixaram a escola definitivamente. No mesmo período, a população da Fundação de Atendimento Socio-Educativo (Fase/RS) 4 aumentou em 25%, o que pode ser um termômetro do abandono, vulnerabilidade e da violência praticada por jovens<sup>5</sup>.

No sentido de dar uma melhor resposta em termos sociais para a comunidade que está inserida, no ano de 2010 a Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR), empresa do ramo de refino de petróleo e primeira refinaria do Brasil, situada há 80 anos na cidade do Rio Grande, firma uma franquia com a Fundação Pescar e monta sua unidade Pescar, ofertando aos jovens da comunidade riograndina, na faixa etária entre 18 e 20 anos<sup>6</sup>, um curso de desenvolvimento pessoal e de cidadania com iniciação profissional em processos de soldagem.

Considerando o fato do município do Rio Grande ser o primeiro núcleo sistêmico de colonização portuguesa no Rio Grande do Sul e uma das primeiras cidades gaúchas a apresentar as marca de uma sociedade urbano-industrial<sup>7</sup>, bem como possuir um patrimônio cultural material e imaterial diversificado, esse trabalho tem por objetivo geral investigar a experiência de inserção da Educação Patrimonial no programa socioprofissionalizante para os jovens do projeto pescar da Refinaria Riograndense, partindo do aprofundamento do papel socializante da Educação Patrimonial que é a formação do cidadão e ressaltar a importância da preservação do patrimônio cultural. Posto que, partimos da hipótese indicada por Campam (1997, p. 72) de que “[...] a maneira de pensar dos moradores de uma localidade acerca do seu patrimônio interfere no comportamento social dessas pessoas.” Da mesma forma que “[...] até certo ponto

---

4A Fundação de Atendimento Socio-Educativo (Fase/RS) foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), o qual também provocou o fim da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem). Disponível em:

<<http://www.fase.rs.gov.br/wp/institucional/historico/>>. Acesso em 23 set./2017.

5 Dados do IBGE, 2014.

6 Na Refinaria Riograndense, por questões de segurança e por ser uma empresa de risco de periculosidade, não é permitido acesso de menores de idade.

7 Schmidt (1999).

o ato de educar a sociedade sobre o seu patrimônio freia a violência entre os moradores e contra o patrimônio público” (*ibidem*).

Assim, a Educação Patrimonial, que é uma ação educativa, tem como intuito favorecer informações para a geração atual sobre os fazeres e saberes dos indivíduos do passado. É por meio dela que a sociedade obterá o acesso ao conhecimento, à valorização e ao respeito aos bens culturais e, assim, garantir o exercício da cidadania, a revisitação da memória e o sentimento do pertencimento.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial favorece e fomenta o aprendizado à constituição da memória cultural, despertando nos educandos o interesse de conhecer a identidade local através dos traços do passado, pois segundo Nora: “[...] fala-se tanto em memória porque ela não existe mais. O que resta são os “locais de memória porque não há mais meios de memória” (1993, p. 7).

Para o referido autor, esses lugares vão desde os mais concretos (os materiais e os funcionais) até os mais abstratos, uma vez que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (*op. cit.*, p. 13).

Esses lugares podem ser materiais ou imateriais e estarão sempre carregados de anseios por memória, pois não é a memória em si, mas aquela apropriada, ressignificada, transformada em fonte para e pela história. Nestes lugares de memória, as pessoas se reconhecem, se identificam, criando um sentimento de pertença e de formação de identidade.

Queiroz (2004), diz que a finalidade de trabalhar com a Educação Patrimonial é promover ações que levem à preservação e à conservação do patrimônio cultural, estabelecendo uma educação e respeito para o desenvolvimento da cidadania.

Em consonância com Possoli (2008), um dos objetivos da Educação Patrimonial é ensinar as pessoas, indiferente de sua idade, a conhecer-se e conhecer a seu grupo e a seu patrimônio e a compartilhar esse conhecimento com o outro, uma vez que a comunidade conquista a preservação de seu patrimônio com o bem-estar coletivo e a emancipação cultural das futuras gerações.

A partir desse princípio, a pesquisa se justifica pelo fato de ter grande relevância trabalhar com a Educação Patrimonial dentro de um projeto que tem como foco gerar possibilidades efetivas de inclusão social ao jovem que está vulnerável, ajudando-o a desenvolver suas potencialidades e suprir suas necessidades, dando oportunidades para ascender profissionalmente com competências no exercício da cidadania e função laboral, estando aberto para ações de mudanças sociais e atualizações profissionais constantes. O projeto também visa uma aprendizagem que trata de temas interdisciplinares e concilia a teoria com a prática, oportunizando ao jovem a interpretação de resultados e a tomada de riscos calculados, não perdendo de vista a importância do estabelecimento de vínculos entre as condições indissociáveis de ser gente, ser cidadão e ser profissional.

Os objetivos específicos desse estudo foram: (i) verificar se os jovens do Pescar possuíam entendimento sobre o conceito de patrimônio cultural; (ii) investigar junto aos jovens do Pescar sua concepção sobre a relevância da preservação patrimonial; (iii) averiguar qual é o entendimento das outras educadoras da Rede Pescar sobre a Educação Patrimonial; (iv) verificar se esse tema é ou já foi explorado no desenvolvimento pessoal dos jovens da Rede Pescar; (v) identificar os bens culturais inventariados no município do Rio Grande; (vi) identificar as contribuições que essa ação educativa traz aos jovens.

Para tanto, adotou-se a metodologia qualitativa, composta inicialmente pela pesquisa bibliográfica e exploratória, com o intento de elaboração de um estado do conhecimento sobre a temática.

Também é um estudo de caso, pois foi desenvolvida especificamente na Refinaria de Petróleo Riograndense, com o desígnio de investigar a experiência e a importância do patrimônio cultural e da Educação Patrimonial para os jovens do projeto socioprofissionalizante da Refinaria de Petróleo Riograndense.

Em relação à tipologia empregada no estudo, pode-se depreender que a pesquisa quanto aos procedimentos é de campo. De acordo com Vergara (2000, p. 47), “[...] pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.” Da mesma forma, de acordo com Oliveira (2001), o estudo de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis, presumivelmente, para posteriores análises, possibilitando o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições (variáveis independentes) e determinados eventos (variáveis dependentes) observados e comprovados.

No caso deste estudo, o campo abrange os endereços dos patrimônios culturais selecionados e visitados pelos estudantes. Procurando obter respostas para alguns objetivos

específicos, também foi realizada uma coleta de dados através de questionários com questões abertas e fechadas com os estudantes das duas turmas analisadas e com os educadores da Rede que atuam nas unidades localizadas no Rio Grande do Sul, estado no qual se concentram mais de 56% das Unidades do Projeto Pescar. As respostas foram trabalhadas a partir da utilização do método de abordagem qualitativa por meio da análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva. Segundo Vergara (2000, p. 47) “[...] a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno.” Nesse contexto, as características analisadas são das condições dos bens patrimoniais selecionados pelos jovens do Pescar. Na pesquisa descritiva, não há manipulação *a priori* das variáveis, mas sim a constatação de sua manifestação *a posteriori*.

Ao mesmo tempo, é documental, pois, conforme Gil (1991) existem os documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico, tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas; e os documentos de segunda mão, que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, registros fotográficos e outros.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, entretanto, ao adentrá-lo encontra-se a trajetória desta pesquisadora, seus sonhos, seus anseios e suas realizações no percurso profissional. Em seguida, os quatro capítulos que estruturam este estudo. O primeiro capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa. O segundo, as definições e os conceitos de patrimônio cultural, educação e Educação Patrimonial. O terceiro capítulo traz a importância dos projetos de responsabilidade social, especificamente do Projeto Pescar e apresenta a Refinaria de Petróleo Riograndense e a sua parceria com a Rede Pescar. Nele é possível encontrar um breve relato da história dessa que foi a primeira refinaria de petróleo do Brasil e o seu envolvimento com o município do Rio Grande, por meio da responsabilidade social. O quarto capítulo apresenta os bens culturais edificados do município do Rio Grande escolhidos pelos jovens do Projeto Pescar da RPR e os resultados do entendimento desses e dos educadores da Rede Pescar sobre a Educação Patrimonial.

## **2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA**

A profissão de professora era algo mágico na cabecinha de uma menina de aproximadamente quatro anos, e esta era uma de suas brincadeiras preferidas: transformar a porta do guarda-roupa em quadro negro e administrar aulas para os irmãos mais velhos, mesmo tendo bem menos conhecimento do que eles. Sua personalidade “forte” predominava naqueles momentos maravilhosos e a imaginação aflorava durante horas. Para aquela pequena, ser professora era auxiliar, conversar, aprender algo novo, fazer que o mundo e as coisas se tornassem mais compreensíveis e bonitas.

Este olhar foi se construindo dentro de uma grande família, com pais com pouca instrução acadêmica, mas com muita sabedoria de vida. Pessoas simples e dignas que acreditavam ser a educação a ponte para se conseguir um futuro melhor, a prosperar na vida com dignidade, com valores e ética.

Com dezessete anos prestei meu primeiro vestibular, optei pelo curso de Educação Artística Licenciatura Curta. Essa opção gerou conflitos em casa, todos me falavam para escolher Pedagogia, mas eu queria ser uma professora diferente, fazer um trabalho diferenciado, oportunizar movimento, conscientização de cidadania, compartilhamento de vida por meio de muita descontração e prazer em estar na escola. Queria ser a diferença, fazer a mudança que não me foi oportunizada nos meus anos de escola. Estava cansada de ver as salas de aulas com as classes enfileiradas, com alunos que para serem considerados bons tinham que ser submissos, sem direito à fala.

Durante toda minha graduação trabalhei em escolas de Educação Infantil e tentava colocar em prática todos os conhecimentos adquiridos no curso de Educação Artística, que tinha como objetivo estimular a criação artística e cultural, desenvolver o espírito criativo e o pensamento reflexivo. Quando me formei, abri uma escola de Educação Infantil, mas aquela sensação de que faltava alguma coisa, continuava dentro de mim.

Percebo que naquele momento não tinha subsídios teóricos para entender e perceber a concepção da docência, o papel do professor, suas identidades e a representação social da minha profissão, somente a frustração de não ser aquilo que tanto queria.

Então, em 1995 trabalhando como coordenadora educacional numa empresa privada que prestava serviço às indústrias, na qual era montada uma microescola dentro da empresa para que seus funcionários pudessem concluir os estudos no próprio espaço de trabalho, tive a motivação para ingressar novamente na universidade e, neste momento, no curso de Pedagogia – Habilitação Magistério Séries Iniciais. Surge, então, o “encanto” pelo curso.

Nessa graduação, minha vida se encontra em outro contexto, estou casada e com uma filha de três anos, que não são empecilhos para eu ir procurar novos conhecimentos, para aprimorar meu cargo na empresa, pois sempre contei com ajuda e apoio de minha família. Entretanto, no final de 1996 optei por acompanhar meu esposo que estava ingressando num doutorado no exterior. Sendo assim, tranquei minha matrícula na faculdade.

Após treze anos afastados dos meios acadêmicos, volto a pensar em retornar minha carreira estudantil, agora conto com o incentivo do marido e dos três filhos, que estavam acostumados a ter a mãe com dedicação exclusiva para a família. Porém, com muita pressão positiva desta família, crio coragem e enfrento um vestibular. Desta vez, só pensei em fazer Pedagogia – uma satisfação pessoal. Encontro uma universidade diferente, com muitos núcleos de estudos e diversas bolsas para pesquisa, extensão e ensino. Isso me fascina e me insiro como bolsista voluntária no NEPE – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação para as infâncias. Quando estamos inseridas num núcleo, vamos aprimorando nossos conhecimentos e nos aprofundamos mais na pesquisa, nos permitimos ser mais reflexivos com a ação desenvolvida dentro da academia, assim é possível compreender a relação da pesquisa com a educação.

A participação no núcleo permitiu-me entender que o estudo não é só adquirir conhecimentos, mas sim entendê-lo para a minha atuação, qual o meu papel de futura profissional da educação. Também me auxiliaram nessa compreensão o trabalho de bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o de monitoria. Atuar como monitora possibilitou-me aprofundar saberes e reinterpretá-los, oportunizando a construção de outros olhares sobre o conhecimento, contribuindo para minha formação acadêmica por meio da (re)significação de conhecimentos e da percepção desse espaço como favorecedor do diálogo e do intercâmbio de experiências entre discentes em situações de ensino e aprendizagem. Monitorar consolida-se em uma

ferramenta que promove o desenvolvimento teórico-prático de todos os acadêmicos envolvidos.

Neste período, sou convidada a trabalhar num projeto social, o Projeto Pescar, com unidade na Refinaria de Petróleo Riograndense. Um projeto que tem como intuito oportunizar a jovens de vulnerabilidade social o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania e, assim, inseri-los no mercado do trabalho. Meu papel de educadora social é trabalhar a interação e o comprometimento, possibilitando que esses jovens resgatem o pensamento crítico, por meio da ética e valores, promover o diálogo e o engajamento para além do conhecimento superficial e oportunizar que se percebam protagonistas de suas histórias.

Minha realização como professora se efetiva, pois era exatamente isto que tanto me identificava com tal profissão: dar a vez ao outro de pensar e repensar e alterar seu papel social; perceber-se como pessoa que constrói sua história de vida e que influencia a vida de uma comunidade.

Conforme me satisfaço profissionalmente trabalhando neste projeto, penso que não posso encerrar minha carreira acadêmica ao concluir minha segunda graduação; tenho que dar continuidade aos meus estudos para cada vez mais ser uma colaboradora no processo de construção da história do outro.

Ingresso, então, como aluna especial no Mestrado Profissional em História com a intenção de interagir com estudantes de outra área da educação, como a História, dialogar com outros autores até então desconhecidos. Isso tudo com o intuito de contribuir com a minha prática docente. Vários textos trabalhados em sala de aula levaram-me refletir sobre os conteúdos tratados no desenvolvimento pessoal e, cidadania da minha turma. Posso citar o “Conhecimento histórico e diálogo social”, de Benito Bisso, que traz que o objetivo do educador:

[...] não é formar pequenos “historiadores”, mas sim cidadãos que, esperamos, possam desenvolver uma leitura histórica do mundo, a qual envolve, por exemplo, a percepção da existência de múltiplas temporalidades; a compreensão da historicidade, do dinamismo e do caráter relacional das identidades; o entendimento de que o conhecimento histórico é construído a partir do presente com base na análise de vestígios do passado [...] desenvolver habilidades que lhes possibilitem a construção de um olhar mais sofisticado e crítico a respeito da realidade existente (2014, p. 335).

Concordo que esta construção de olhar crítico possibilita a reflexão sobre os papéis dos historiadores e não se permitam ser marionetes do poder social. É importante salientar que trabalhar com jovens vulneráveis e desprovidos de recursos não só financeiro, como também cultural, social, com autoestima baixíssima, exige ir além de saberes prontos e acabados: É permitir que esses jovens tenham consciência do seu papel na sociedade.

Coloco-me na obrigação de focar muito meu trabalho na identidade pessoal e coletiva, na valorização do ser humano e nas suas relações com o outro, enxergar-se como cidadãos com direitos e deveres que deverão ser formadores de ideias e não só reprodutores de discursos prontos, que eles aprendam a escutar suas próprias vozes.

Percebia a grande necessidade profissional e acadêmica em dar continuidade aos meus estudos, contribuindo positivamente com minhas convicções pedagógicas. Comecei realmente a apurar meu conhecimento e formação e entender as especificidades da História e o papel do historiador, despertando o interesse de desvendar o mundo das historicidades.

Neste momento, não penso somente no meu papel de educadora, mas muito mais em dar continuidade na minha formação, permitindo explorar campos, conceitos e linguagens até então desconhecidos. Em 2016, ingresso no Mestrado Profissional em História querendo pesquisar sobre a História da Educação na cidade do Rio Grande, com questões como: qual era a realidade da educação na nossa cidade no final do século XIX e início do século XX? Quantas escolas existiam nesse período? Como era a educação das crianças oriundas de famílias de operários? Como era a educação de pessoas em vulnerabilidade social?

Estudando e envolvendo-me com outros saberes do ensino de História, me deparo com a Educação Patrimonial e novamente o encantamento me encontra e mudo completamente minha linha de pesquisa ao realizar um projeto com meus jovens explorando um bem cultural.

Compreendendo a Educação Patrimonial como uma ferramenta de construção da consciência crítica, facilitadora do entendimento de pertença, de protagonista de sua história e uma estratégia de compreender o passado. Tal ferramenta também é capaz de

promover nos sujeitos o reconhecimento de si no espaço e no tempo em que vive, despertando o sentimento de pertença. Encontro-me motivada a aprofundar meus estudos, investigações e pesquisas sobre essa temática que vem ao encontro com o pertencimento e identificação da minha vocação e comprometimento profissional.



3

**PERCURSO**

**TEÓRICO**

**METODOLÓ-  
GICO**

### 3. PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

A metodologia consiste em um conjunto de procedimentos que auxiliam o pesquisador na obtenção de informação. A utilização do método, através de processos e técnicas, permite validar esse conhecimento. Do mesmo modo, afirma Cervo (2002, p. 24), que metodologia é “[...] o caminho de acesso, um conjunto ordenado de métodos que se mostraram eficientes, ao longo da história, na busca do saber”. A aplicação de metodologias de ensino-aprendizagem pelo professor estimula a aprendizagem dos alunos porque estes participam de forma ativa, interessada e motivada na construção dos conhecimentos.

Nesse sentido, essa pesquisa, que tem por objetivo investigar a experiência de inserção da Educação Patrimonial no programa socioprofissionalizante para os jovens do Projeto Pescar da Refinaria Riograndense, está delineado como uma pesquisa qualitativa.

Para a socióloga e pesquisadora Minayo (1982), a pesquisa qualitativa é uma modalidade de pesquisa que responde a questões que são muito específicas. Trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada. Requer uma aproximação entre sujeito e objeto. Por isso, nesta abordagem, todos os sujeitos participantes, seja investigador e investigado, influenciam na construção do conhecimento. Segundo Minayo:

O objeto de estudo das ciências sociais é histórico. Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as que vivenciam a mesma época histórica tem alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo (2010, p. 12).

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22). Diante das possibilidades de pesquisa social, tem conquistado muita relevância nos meios acadêmicos o método de pesquisa do estudo de caso.

Essa pesquisa começa de fato, com o questionamento aos jovens ingressantes no projeto Pescar do ano de 2016 e é replicado aos ingressantes do ano de 2017, sobre seu conhecimento a respeito da história da cidade do Rio Grande e, mais especificamente, sobre os bens culturais que compõe simbolicamente seu patrimônio.

Assim, a metodologia utilizada inicialmente foi a pesquisa bibliográfica e exploratória, com o intento de elaboração de um estado do conhecimento sobre a temática e, a partir da análise das respostas e a constatação do baixíssimo conhecimento sobre o tema, foi apresentado em sala de aula o conceito de patrimônio cultural material e imaterial e a relevância de sua preservação.

Da mesma forma, foram realizadas pesquisas, palestras com historiadores e profissionais ligados ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas. Devido ao tempo de conclusão do curso que é de 960 horas e os demais conteúdos a serem trabalhados, optou-se por desenvolver a pesquisa a partir do patrimônio material, que segundo Nora, é a uma das formas de apreender e entender os lugares de memória [...] os “lugares materiais”, onde suportes físicos são capazes de abrigar a memória social, os “lugares funcionais”, os que adquirirão a função de alicerçar memórias coletivas, e os “lugares simbólicos” onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

A pesquisa também é exploratória por ser “[...] um tema pouco explorado (no âmbito da Rede Pescar), tornando-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2000, p. 43). Complementa o autor que “[...] as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, ou seja, criar uma maior compreensão com o tema pesquisado.

Como o estudo foi planejado e desenvolvido junto ao Projeto Pescar da Refinaria de Petróleo Riograndense, com o propósito futuro da inclusão da Educação Patrimonial no programa socioprofissionalizante da Rede Pescar, também pode ser definido como um estudo de caso. Quando o pesquisador estiver buscando novas investigações e novas respostas no desenvolver de sua pesquisa, caracteriza-se como estudo de caso.

Uma característica dos estudos de caso é a procura contínua do diferente e do contraditório, no que tange aos pontos de vista em casos ou situações sociais. Os relatos

escritos no estudo de caso, apresentam um estilo informal, utilizam uma linguagem e uma forma mais compreensíveis do que os outros relatórios de pesquisa. Seus dados são apresentados numa variedade de formas, como ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições. Um mesmo caso pode apresentar diferentes formas de relato, dependendo do tipo de usuário a que se destina.

Para Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange tudo – planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

Gil (2008) aponta que o estudo de caso é caracterizado pela investigação profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado que mediante os outros tipos de delineamentos é mais difícil de se atingir. Já para Hartley, o estudo de caso aplicado na pesquisa organizacional pode ser assim definido:

[...] consiste de uma investigação detalhada, frequentemente com dados coletados durante um período de tempo, de uma ou mais organizações, ou grupos dentro das organizações, visando prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo (1995, p. 208-209).

Segundo Neves (1996), “[...] a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo”. Para o autor, na pesquisa qualitativa é natural que o pesquisador tente compreender os fenômenos partindo da óptica dos participantes do caso em estudo, interpretando os conhecimentos acerca de tal fenômeno.

Dando continuidade à pesquisa, foi realizada uma investigação sobre os bens inventariados no município do Rio Grande, com foco no patrimônio material. Esses bens estão relacionados em publicação da prefeitura municipal. A seguir foi apresentado aos estudantes da turma do ano de 2016, e posteriormente aos da turma de 2017, o que são e quais são os bens inventariados, e os nove bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no município do Rio Grande – sendo estes nove bens os utilizados para o início das atividades.

Posteriormente, foi solicitado que os jovens escolhessem, de forma individual e sob sua concepção, entre os 509 bens arquitetônicos listados no site da prefeitura, os que considerassem os 10 mais importantes em termos históricos, arquitetônicos ou de beleza.

Os escolhidos deveriam ser apresentados em sala de aula com as devidas justificativas da escolha. A partir daí, procedeu-se um cruzamento das escolhas de cada estudante com o intuito de selecionar os 5 mais votados da turma.

O próximo passo objetivou aproximar os jovens do patrimônio cultural de sua localidade, além de sensibilizar e despertar a importância desse elemento na construção social e na interação com a sua comunidade, além de conscientizar a importância da herança cultural para a formação de suas identidades. Para tanto, foi feita uma visita *in loco* aos cinco bens escolhidos para aprender sobre sua história e verificar as condições atuais dos prédios, configurando uma pesquisa de campo no que diz respeito aos procedimentos.

Segundo Gonçalves:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (2003, p. 67).

Por sua vez, Fonseca afirma que:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de **uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social**. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (2002, p. 33 – **grifo nosso**).

Com a apresentação e análise dos prédios que compõem os bens culturais selecionados pelos jovens da RPR, foi necessário um profundo estudo sobre as características dos mesmos, sua concepção arquitetônica e história. Assim, a pesquisa quanto ao objetivo específico número cinco é descritiva. “Esse exige do investigador uma

série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 33).

Depois da visita aos cinco bens inventariados escolhidos pela turma foi eleito um para ser trabalhado junto à comunidade e ser “eternizado” na sala de aula. A partir da escolha foi desenvolvido uma série de atividades como exposições fotográficas e de matérias referentes ao prédio, palestras com pessoas ligadas ao bem escolhido. A turma de 2016 escolheu o complexo da Fábrica Rheingantz e a turma de 2017 escolheu o Mercado Público Municipal.

Finalmente, foi realizada uma coleta de dados por meio de questionários com questões abertas com os educadores da Rede que atuam nas unidades localizadas no Rio Grande do Sul, estado no qual se concentram mais de 56% das unidades do Projeto Pescar. O objetivo foi averiguar qual é o entendimento das educadoras sobre a Educação Patrimonial e se esse tema é ou já foi utilizado no programa do Pescar/RS, e, com os jovens que participaram dos projetos de Educação Patrimonial, para verificar se existiram e quais foram as contribuições que essa ação educativa trouxe aos mesmos.

Para os educadores da Rede os questionários foram enviados conforme sugestão de Marconi e Lakatos (1999, p. 100), pois

[...] junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Gil (2008, p. 128-129) apresenta algumas vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Contudo, a técnica também apresenta pontos negativos:

a) exclui as pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves deformações nos resultados da investigação;

b) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas;

c) impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;

d) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas o devolvam devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra;

e) envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos;

f) proporciona resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito pesquisado.

No caso desse trabalho, das 48 profissionais da Rede Pescar no Estado do Rio Grande do Sul, apenas 18 responderam o questionário. Já na Refinaria, os questionários foram respondidos por 100% dos estudantes.

Ainda segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Para a análise dos resultados dos questionários foi empregada a metodologia de pesquisa proposta por Moraes e Galiuzzi (2007), a Análise Textual Discursiva, que tem como finalidade produzir novas apreensões sobre os fenômenos e discursos. Com relação ao questionário contendo cinco perguntas abertas aplicado aos trinta e quatro jovens das duas turmas, sua relevância foi fundamental para a compreensão das contribuições dessa ação educativa aos jovens.

As perguntas foram:

(1) O que você aprendeu ao participar dessa ação educativa sobre os bens culturais?

(2) Como foi para você trabalhar com a Educação Patrimonial?

(3) Você acredita que a Rede Pescar deve incorporar a temática da Educação Patrimonial a seu programa?

(4) Como a Educação Patrimonial mudou sua percepção sobre o patrimônio material de sua comunidade?

(5) Na sua opinião, qual foi a maior contribuição da ação educativa sobre a sua percepção da importância do patrimônio e sua preservação?

A Análise Textual Discursiva possui três componentes: unitarização, categorização e metatexto. Para Moraes e Galiazzi, a análise textual discursiva pode ser compreendida como:

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensões em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. (2007, p. 12).

Para a unitarização é imprescindível desmontar e desagregar os textos, destacando seus elementos constituintes. É necessário encontrar no texto original unidades de significados que possibilitem novas construções de sentidos ao que está sendo analisado, possibilitando a continuidade da análise, pois da união dessas unidades surgirá a elaboração de um novo texto. Assim:

A construção das unidades de significado tem como finalidade chegar à elaboração de textos descritivos e interpretativos, apresentando os argumentos pertinentes à compreensão do pesquisador em relação ao fenômeno que investiga. Por isso, as unidades construídas precisam ser válidas e pertinentes em relação aos fenômenos pesquisados, garantindo-se desta forma a validade dos metatextos (MORAES e GALIAZZI, 2007, p. 51).

A categorização é a organização profunda das informações, compondo uma análise interpretativa do pesquisador. Moraes e Galiazzi (2007) consideram o processo de categorização como um constituinte na classificação das unidades de significados; essas são organizadas e ordenadas, permitindo o início de um processo de teorização ao que está sendo investigado.

Já o metatexto é a construção da compreensão do pesquisador, é o seu envolvimento com o texto articulado com as ideias de teóricos. É a formação de uma nova interpretação surgida a partir de diálogos com vários autores, trazendo o pesquisado para essa conversa. Após a construção dos três componentes pertencentes à análise textual discursiva, foi feita uma análise interpretativa dos resultados.

Para a realização do projeto, utilizou-se da metodologia do Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA *et al.*, 1999, p. 11). De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial, tal processo deve ser desenvolvido observando-se as seguintes etapas (quadro 1):

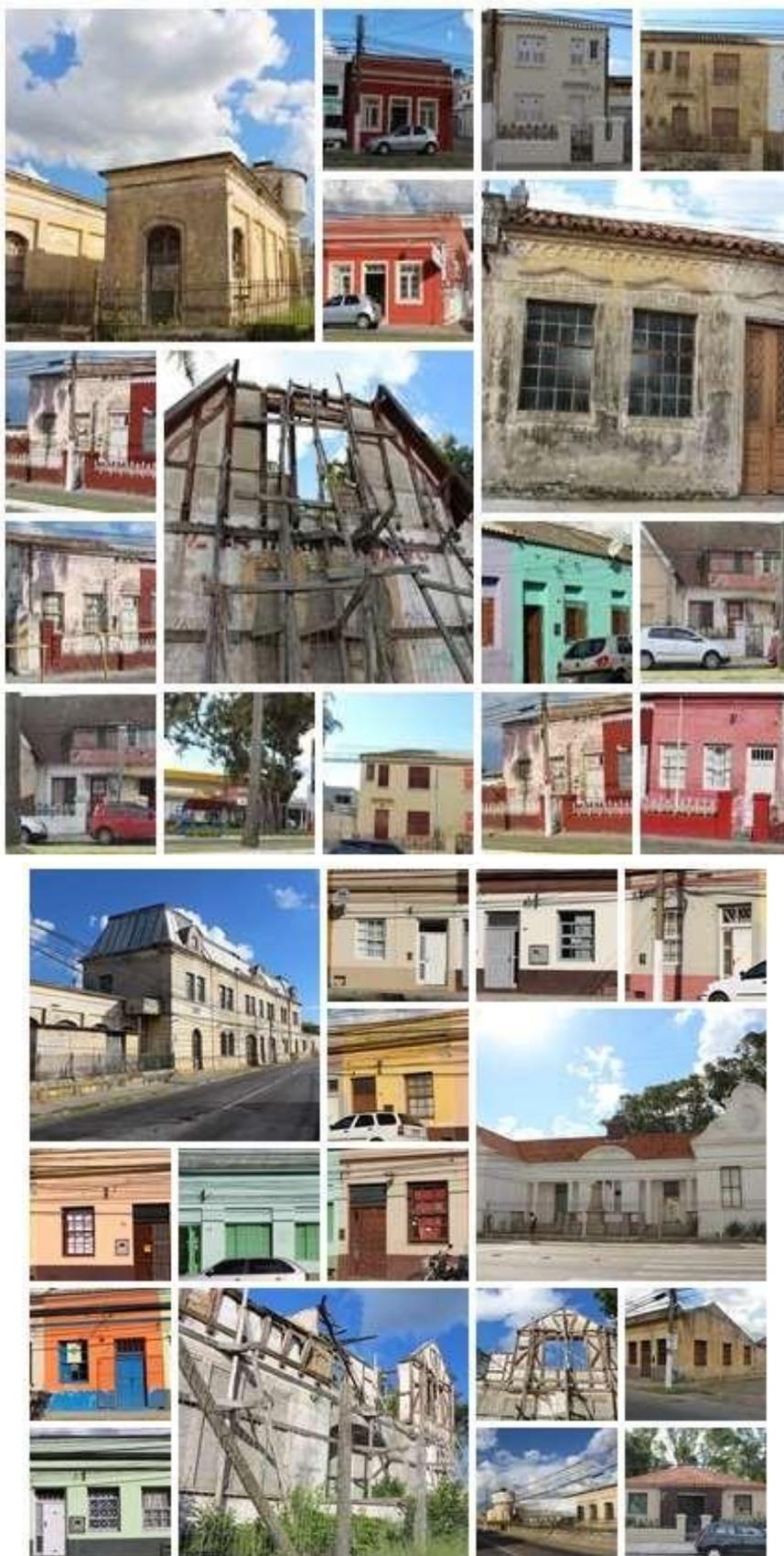
Quadro 1: Etapas metodológicas da Educação Patrimonial

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos.	Identificação do objeto/função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pinturas, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: HORTA *et al.*, 1999, p. 11.

Ainda segundo a autora, a investigação acerca de um bem cultural deve começar com indagações quanto a aspectos físicos/materiais, desenho/forma, função/uso, construção/processo e valor/significado. Essas particularidades servirão

de suporte para as discussões e análises, que em suas conclusões induzirão ao conhecimento do bem estudado em se tratando de um bem tangível.



# 4

**Em Busca de  
um Conceito  
de Patrimônio  
Cultural,  
Educação e  
Educação  
Patrimonial**

## 4. EM BUSCA DE UMA CONCEITUAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

### 4.1. Patrimônio cultural

A origem da palavra patrimônio vem do latim *patrimonium*, sua referência era ao poder, à herança e à posse. Algo herdado dos pais e/ou da Pátria. Os Romanos o definem como um conjunto de bens familiares que podem ser transmitidos, e desta maneira, manter viva a herança dos bens da família (POULOT, 2008). Para os ingleses (*heritage*), o termo faz referência àquilo que herdamos ou transmitimos a nossos herdeiros. E no Brasil, refere-se a qualquer espécie de bens pertencentes a uma pessoa, instituição ou empresa.

O conceito de patrimônio passou a existir com o propósito de referir-se a uma herança ou um legado recebido dos nossos antepassados, que é transmitido às futuras gerações, tornando-se uma herança de cultura que permitia a estabilidade e a continuidade dos pertences culturais entre os tempos (passado, presente e futuro), provendo um sentimento de pertença a todos.

Mas patrimônio não é só o que herdado, é o que se quer que fique como legado para o futuro, o que se escolhe culturalmente a ser deixado como patrimônio cultural. Ballart (1997, p. 17) afirma que a noção de patrimônio surge “[...] quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seu um objeto ou um conjunto de objetos”. Essa noção implícita de posse sugere a atribuição de um valor a esse legado deixado à sociedade, um processo simbólico de validação social e cultural de um determinado bem que impõe um sentimento de identidade coletiva. Uma construção social, como é definido por Prats (1997, p. 19).

Porém, Silva traz em seus estudos que esse conceito vem sendo construído ao longo dos tempos, de acordo com as modificações que a sociedade vem atravessando: “[...] o conceito foi passando de uma definição redutora, materialista e tradicionalista para uma visão mais antropológica” (SILVA, 2013, p. 111). Nesta lógica, Prats lembra os vários significados que o termo patrimônio cultural tem adquirido quando é considerado digno socialmente de ser preservado e comenta também que o patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social, dependendo, por ora, de instituições

sociais que o legitimem (PRATS, *apud* SILVA, 2013, p. 111). O autor mantém, assim, as nuances da distinção, suscitando divergências entre quem se conecta e quem não e o define como um sistema de representações da identidade de um grupo com a sua base na cultura. O entendimento de patrimônio estará nas diferenças da pluralidade das chances de validar as representações dos diversos grupos sociais, passando a envolver as especificidades de cada um e sendo menos elitizado, tornando-se fonte de vida para sua comunidade (PRATS, 2005, p. 32).

A importância do conceito de patrimônio cultural como uma categoria de pensamento vem adquirindo muitas mudanças, sendo utilizada nos campos econômicos, financeiros, contábil e imobiliário, entre outros. Para Gonçalves (2009, p. 43) “[...] parece não haver limite para o processo de qualificação desta palavra”, conquistando diversas áreas do conhecimento. Entretanto, a construção patrimonial tem sempre uma finalidade, que é a interpretação ou levar a uma nova interpretação do passado.

Para Pellegrini (1997, p. 90-91) “[...] o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir do humano – o que no conjunto se poderia definir como o meio ambiente artificial”. A preocupação deixa de ser somente voltada aos imóveis, passa a valorizar muitas outras esferas sociais, como a preservação do meio ambiente e a distintas áreas da diversidade cultural brasileira.

Entende-se então que, ao estudar o patrimônio se busca dentro de um tempo e de um espaço a valorização e a preservação de tudo aquilo que é comum a um determinado grupo social.

Atualmente, tem se pensado muito sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, trata do patrimônio cultural com documentação regulamentada, como pode ser evidenciado no texto do artigo que segue:

[...] patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, s/p.).

Conforme a atualidade de sua conceituação percebe-se a existência de duas categorias distintas sobre o tema. A mais antiga e tradicional se refere ao patrimônio material, que abarca construções, esculturas, acervos documentais e museológicos, entre outros itens. E a do patrimônio imaterial, que abrange regiões, paisagens, danças, festas religiosas, festividades tradicionais, comidas e bebidas típicas.

A Carta Constitucional promulgada em 1988 acabou retomando alguns pressupostos preservacionistas, e acrescenta:

[...] as disposições contidas no artigo 215 reiteram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram. (BRASIL, 1988, s/p)

A partir dessa documentação, fica evidenciado que os governos assumem o papel de preservar e determinar a construção dos patrimônios de uma sociedade, preocupando-se com reconhecimento do patrimônio cultural do povo brasileiro e automaticamente de sua identidade e sua diversidade cultural. Com a alteração do conceito de patrimônio cultural para caminhos mais abrangentes, passa a existir a obrigação de preservação não somente com monumentos de valor histórico, mas também com todos os tipos de manifestos culturais de uma sociedade. Ao pensar na preservação de uma maneira mais abrangente, amplia-se a valorização das múltiplas manifestações culturais e sociais.

Ao estudar o patrimônio se estuda os valores identitários de uma sociedade, pois eles contribuem para a identificação dos sentimentos de pertença e de identificação da coletividade social, fornecendo elementos de significação cultural, com suas particularidades muito relevantes dentro do contexto de globalização na qual coexistem diversas leituras que possibilitam situar-nos em relação ao passado quando, muitas vezes, já não existe nada dele.

O conhecimento sobre o patrimônio cultural, que possibilita a todos o direito de se conhecer e reconhecer suas raízes, sua identidade e sua memória, deve ser explorado através da Educação Patrimonial, que é uma metodologia que explicita novas perspectivas

para a preservação e a interpretação da história, envolvendo por meio da educação um direito de todos, muito mais que a preocupação com a democratização dos saberes mas também com o fortalecimento da noção de cidadania.

## **4.2 Educação**

Toda a sociedade é composta por um grupo de pessoas que compartilham de uma mesma cultura interagindo entre si, inter-relacionando valores, identidades e pertencimento ao local de convivência. Essa inter-relação estabelecida dentro da sociedade acaba por guiar a sua educação.

A compreensão de educação, segundo Brandão, é todo conhecimento alcançado com a vivência em sociedade e todos nós fazemos parte desse processo, como segue:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (1985, p. 7).

Sendo assim, é uma prática social na qual se ensina e se aprende junto em um movimento dialógico, privilegiando o que é mais significativo; é a partilha de conhecimentos que se transformam criando novos saberes e vão sendo dialogados e questionados no dia a dia, construindo novos aprendizados que modificam o processo histórico, social e cultural de uma sociedade. Consequentemente, gera novos pensamentos, oportunizando aos sujeitos averiguar sua posição dentro da sociedade. Freire já falava da necessidade de uma educação que:

[...] levassem à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. [...] uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade (FREIRE, 2009, p. 98).

Sabe-se também que a educação sempre colaborou para a ampliação e reformulação da sociedade. Conforme está explícita na nossa Constituição de 1998: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esses conceitos podem parecer abstratos, mas são fundamentais para compreensão da definição do ofício de educar.

Paulo Freire (2003) afirma que a educação tem dois objetivos básicos: a criação do conhecimento e a transformação-reinvenção da realidade social. Então quando se compreende o ato de educar como um processo constante de criação de conhecimento, capaz de interferir na transformação da realidade, quando feita através da ação-reflexão humana, concretiza-se a concepção de um novo saber.

Este é um processo contínuo que estará sempre em busca de novas construções capazes de invocar a integralidade, envolvendo todas as dimensões do ser humano.

Portanto, o ofício de um professor se efetiva quando este se percebe como um profissional cujo trabalho demanda desafios, certezas e incertezas de uma construção diária de mobilidades de saberes; que tem o propósito de levar seus estudantes a perceberem-se como seres sociais, que vivem numa determinada época e espaço, construindo sua própria história e valorizando os esforços que seus antepassados tiveram na criação do processo civilizatório no qual se encontram.

Os espaços de educação contribuem para o fortalecimento da cidadania e formação de identidade, sendo propícios para discussões sobre a preservação patrimonial. Desta forma, educar significa construir as possibilidades de humanização, de se fazer gente, sempre e em todo lugar. Para tanto, utilizar o patrimônio para educar pode funcionar como uma ferramenta de cidadania e socialização, oportunizando o diálogo entre o passado e o presente, levando a conscientização de que não há um passado possível de reconstrução, mas sim projetável nos anseios do presente, repensando sua própria história.

A educação acontece a todo instante e em todo lugar. A educação formal ocorre dentro dos muros das escolas, com seus currículos e conteúdo. Já a educação não formal, é aquela que se dá fora do espaço escolar, que acontece nos espaços sociais. Que mesmo sendo organizada, seguindo um sistema, é efetuada de maneira menos formal. Segundo La Belle (1982, p. 2), a educação não formal é “[...] toda atividade educacional

organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população”.

Os estudos de Maria da Glória Gohn (1999) mostram que a educação não formal muitas vezes está correlacionada à educação social, à educação popular e à educação comunitária, devido ao seu método de trabalho que se baseia na constituição para a cidadania, na preparação para o trabalho, na organização comunitária e na aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. E que parte sempre da cultura dos indivíduos e dos grupos, da problematização do dia a dia, das necessidades e dos desafios a serem enfrentados.

Para essa educação é necessário que o professor, tenha competências e habilidades que sejam muito mais amplas das que são utilizadas em uma sala de aula; que ultrapassem o domínio técnico-pedagógico, possibilitando o protagonismo social e educativo e as resoluções de problemas; que permita por meio do pensamento crítico que os educandos se socializem e provoquem a transformação da sociedade.

Peruzzo afirma que o significado da educação está no educar para a sociedade. Para autora a educação tem que estar aliada à cidadania.

É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e para a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão (2013, p. 655).

Entretanto, não se pode esquecer que a cidadania é regulada pelo Estado e desta maneira vai se modificando de sociedade para sociedade. Na perspectiva de Marshall (1967, p. 64), ela incorpora três tipos de direitos, e são eles: os civis, os políticos e os sociais. No direito civil está todo o tipo de liberdade e justiça; no político o da participação política em todos os níveis; no social está o direito à igualdade de viver dentro da civilização, do bem-estar e de usufruir da herança social.

Um dos pontos mais essenciais no desenvolvimento da temática da cidadania é acreditar que sua construção percorre um caminho que se inicia com a formação da identidade e da autoestima, passa pelo conjunto de aprendizagens básicas para a convivência e se efetiva na solidariedade e na participação social. A construção da cidadania exige transformações profundas nas sociedades e mudança de visão

ético-política. É no ato de realizar algo, dar de si, receber, trocar, ensinar e aprender, que ocorrem as mudanças, e essas se processam oportunizando as transformações. Ser cidadão é assumir-se como agente transformador.

### 4.3 Educação patrimonial

O termo Educação Patrimonial, expressão de origem inglesa (*HeritageEducation*), tem como objetivo central em suas ações o patrimônio, segundo Queiroz (2004). Tendo como finalidade promover ações de preservação e compreensão do patrimônio cultural, manifesta-se de várias formas, constituindo assim uma relação da aprendizagem com o desenvolvimento da cidadania.

A Educação Patrimonial é uma modalidade de intervenção pedagógica que surgiu inicialmente na Europa comprometendo-se com as políticas de conservação e administração de patrimônios históricos edificados, de interesse estatal. No Brasil, na década de 1930, práticas foram identificadas, porém o termo surge no fim dos anos de 1980 objetivando a conservação do patrimônio remanescente do período colonial e do caráter nacionalista da cultura brasileira.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde que foi criado em 1937, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade até 1967, já percebia que deveria estar sob sua responsabilidade a necessidade de estratégias de ações educativas para a preservação do patrimônio e apontou a educação para tal. Nos últimos anos de sua gestão, Andrade declarava:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Ao longo destas três décadas (1937-1967), as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se centralizavam na criação de museus e no incentivo a exposições; no

tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, com o propósito a sensibilizar a população sobre o valor e a importância do acervo por ele resguardado.

No Brasil, existiam diferentes contextos culturais, então era preciso que através do ensino básico, a educação escolar se tornasse mais próxima da realidade local de seus estudantes para que o conceito do binômio cultura-educação fosse indissociável. Cultura era entendida como:

[...] processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1983, *apud* BRANDÃO, 1996, p. 47).

A Educação Patrimonial recebeu força no Brasil a partir de 1983, “[...] com a ação precursora do Museu Imperial de Petrópolis. A partir do trabalho realizado na Inglaterra, a então diretora do Museu, a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, pronunciou a realização do 1º seminário de Educação Patrimonial no Brasil” (BARROSO, 2010, p. 16).

Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1996), que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada. Seu conteúdo resultou na sistematização dos fundamentos conceituais e práticos. Como afirma Barroso:

[...] essa metodologia foi sendo propalada, ganhando espaços e conhecimento no meio acadêmico e nos lugares de memória. A sua disseminação ganhou maior força quando o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) publicou, no ano de 1999, o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (2010, p. 18).

Deste modo, a Educação Patrimonial é compreendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural, tendo como fonte primária o conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, que pretende levar as pessoas a um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural e capacitando-as para um melhor usufruto destes bens, propiciando a

geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A Educação Patrimonial objetiva um método de ensinar aos indivíduos de todas as idades, a conhecer a si mesmo, a seu grupo, e seu patrimônio e a compartilhar esse conhecimento com o outro (POSSOLI, 2008, p. 67).

Conforme salienta Crosara (2011), a Educação Patrimonial engloba dois termos muitos abrangentes: a educação e o patrimônio, esse sendo refletido como um bem cultural, tangível e não tangível e não apenas como uma propriedade.

O IPHAN concebe Educação Patrimonial como todos os processos educativos que se destacam pela construção coletiva do conhecimento, pelo diálogo entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades possuidoras das referências culturais onde convivem elementos diversos de patrimônio cultural. Também define Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Procura levar as pessoas a um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-as para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 1999, p. 7). O século XXI torna-se panorama para o aparecimento de um conjunto de mudanças referentes às políticas culturais.

Assim, compreendendo que quando os sujeitos envolvidos num processo histórico passam a conhecê-lo, patrimônio e cultura estabelecem relações diretas com a realidade social e sugerem transformações em diferentes âmbitos. Da mesma forma, possibilita, quando utilizada, ser uma metodologia mediadora na formação de sujeitos ativos e críticos na sociedade, construindo novos conhecimentos.

Cultivar o sentimento de pertencimento é o principal passo para uma efetiva educação patrimonial com vistas à preservação e valorização do bem. Talvez, ao perceberem e entenderem que os monumentos, prédios, saberes e fazeres são seus, as pessoas passem a não pichar, quebrar, menosprezar e destruir os bens públicos como vemos acontecer quase que diariamente com nossas escolas e prédios públicos (PAIM, 2010, p. 81).

Para Barroso, a Educação Patrimonial deve ser concebida como uma “[...] ferramenta de construção da consciência crítica [...] do entendimento de pertença/de protagonista da História [...] como estratégia de compreender do passado, como experiência concreta e real [...]”. O autor afirma que a Educação Patrimonial tem como finalidade promover nos sujeitos o “[...] reconhecimento de si no espaço e no tempo em que vive, despertando o sentimento de pertença, de que faz parte, é sujeito, é agente da História no presente; em outras palavras é protagonista” (BARROSO, 2010, p. 21-22). Aspectos esses que são fundamentais para a formação de um sujeito livre e reconhecedor de sua cultura e transformador da sua realidade social.

O foco da Educação Patrimonial é o trabalho com o patrimônio cultural, ou seja, as construções arquitetônicas, as cidades, os documentos, os livros, as fotos, por fim, todos os elementos que narram a história de um povo ou região, propiciando que os sujeitos sejam capazes de desenvolver um novo conhecimento, o de “[...] contextualizar informações dispersas e, na sua articulação, desvelar os mecanismos de submissão e as formas de superar os obstáculos que se apresentam na contemporaneidade” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 25). A Educação Patrimonial serve de instrumento que garanta o direito à cidadania e principalmente à memória do povo, envolvendo a todos a ponto de levá-los a usufruir e apropriar-se do patrimônio estudado.

Sua metodologia dedica-se a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Em relação ao Patrimônio Cultural como perspectiva de conteúdo a ser desenvolvido nas escolas, é possível fundamentar-se no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em que fica explícita que deve-se observar as características culturais, regionais e locais da sociedade onde a escola está inserida. Ao trabalhar essas questões referentes ao patrimônio nos ambientes de ensino, em especial o de História, viabiliza a formação de sujeitos hábeis de conhecerem sua própria história cultural e ao mesmo tempo proporciona o reconhecimento da sua própria vida, estimula a apropriação,

a valorização e o conhecimento de sua herança cultural. Possibilita que se faça uma leitura ou releitura do que lhe rodeia, oportunizando a compreensão do seu universo sociocultural e de seu caminho histórico-temporal, permitindo a valorização e a preservação da identidade histórica e cultural de uma época e sociedade. A Educação Patrimonial busca investir num processo ativo de conhecimentos, habilitando as pessoas para um melhor uso de seus bens culturais, favorecendo a criação de novas informações. Esse ciclo contínuo de aprendizagens acaba criando novas culturas.

Todavia, vários órgãos internacionais, e podemos citar aqui a UNESCO, reconhecem que a preservação do patrimônio cultural vem, em muitas das vezes, da articulação e participação da comunidade popular. Sendo assim, novas técnicas de mediar os saberes são de suma importância, e a educação que trata da conservação do patrimônio, mesmo sendo um campo de ação inter e transdisciplinar, deve ser muito bem tratada nas grades curriculares dos espaços de ensinos formais e não formais.

Precisa-se aguçar o interesse e a curiosidade dos estudantes, “[...] fazer com que eles tratem de adquirir novos conhecimentos, ampliando seus horizontes, sem esquecer-se de quem realmente são” (SOARES, 2003, p. 25-26), resgatando a relação de afeto entre o seu meio e seus patrimônios, desejando a preservação.

O capítulo seguinte abordará a existência de projetos de responsabilidades sociais e de instituições preocupadas com a forma de educação fora da escola convencional, uma educação não formal, que procura desenvolver atividades educativas visando preparar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho. Apesar de tantas desigualdades sociais, algumas entidades procuram desenvolver projetos direcionados a esses jovens menos favorecidos economicamente. Este estudo, especificamente, será sobre o Projeto Pescar.



5

**Projetos Sociais,  
Projeto Pescar e a  
Refinaria Riograndense**

## **5. PROJETOS SOCIAIS, PROJETO PESCAR E A REFINARIA RIOGRANDENSE**

### **5.1 Projetos sociais**

As sociedades enfrentam um novo tempo onde urgem as transformações. Com o crescimento econômico do capitalismo, cresce também a preocupação com a função social do Estado e com o bem-estar coletivo. A responsabilidade por uma vida melhor é dever de todos.

As ações de responsabilidade social não são preocupações de um tempo atual. Em 1989, após a eleição presidencial de Fernando Collor de Mello, aparece no Brasil o neoliberalismo, que consiste num conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que ampara a não participação do estado na economia, com total liberdade de comércio, que garanta, assim, o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país (HAYECKE, 1994). Porém, surgiu no país uma crise no desenvolvimento econômico, acelerando o crescimento da pobreza e da exclusão, fazendo com que a sociedade civil se organizasse para criar artificios ativos para enfrentar tais questões. Crescem e se consolidam no país as Organizações Não Governamentais (ONGs) e mostram uma nova maneira de encarar a pobreza e a prestação de serviços sociais. Para Navarro:

[...] as ONGs estão geralmente associadas a modelos participativos e inovadores de gestão; costumam estar em estreito contato com grupos tradicionalmente sub-representados no processo de formação de políticas públicas; são capazes de melhorar a eficiência e pertinência dos programas sociais públicos, quando se associam a eles no campo adequado, e de atuar como provedores não estatais de serviços sociais onde o Estado não pode satisfazer diretamente a demanda de serviços ou onde convém introduzir elementos de competição entre servidores (NAVARRO, 1999, p. 103).

Para o autor, o devido às limitações do Estado com relação à rede de distribuição de benefícios deveria estabelecer parcerias com as ONGs.

[...] com consideráveis limitações de sua rede de distribuição de benefícios sociais, tenha que valer-se de ONGs com experiência e alcance próprios em certos tipos de programas, criando mecanismos de execução delegada, nos quais, tipicamente, se transferem fundos

públicos para ONGs para que estas implementem determinado programa governamental (NAVARRO, 1999, p. 93).

Ao repassar verbas, o Estado estaria estimulando o crescimento dos serviços realizados por organizações não governamentais na área da saúde, educação e capacitação profissional, porque avaliara a eficiência desses serviços e o menor custo para o Terceiro Setor do que os prestados pelo governo.

Para entender melhor o Terceiro Setor, Falconer (1999, p. 35) classifica as organizações em três setores, cada uma com sua autonomia, mas com uma correlação: entidades governamentais (Estado ou primeiro setor), empresas comerciais com finalidade de lucro (mercado ou segundo setor) e organizações privadas sem fins lucrativos (Terceiro Setor).

Fernandes traz o conceito de Terceiro Setor como:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1997 p. 27).

Montaño refere-se ao terceiro setor como um fenômeno fruto da situação econômica na qual os indivíduos não se sentem parte do sistema e se tornam desprotegidos deste.

O que é chamado de Terceiro Setor refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na economia e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade fundamento e responsabilidades) para a função social de respostas às sequelas da ‘questão social’, seguindo valores da solidariedade voluntária e local, da autoajuda da ajuda mútua (2002, p. 22).

Com todas as mudanças que a sociedade começa a passar, em especialmente na camada social, acaba resultando numa nova realidade e esta faz com que o Estado comece a desempenhar um novo papel e propicie o desenvolvimento da responsabilidade social.

Em 1995, várias entidades se juntaram ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), e essa foi a primeira Fundação a abordar o conceito de cidadania

empresarial e responsabilidade social empresarial. Para Cappelin e Giuliani “[...] responsabilidade social pode ser considerada por seus propositores como um fator competitivo para a empresa” (1999, p. 64). As empresas envolvem-se nos assuntos sociais, colaborando de maneira solidária com o desenvolvimento social do país.

## 5.2 O Projeto Pescar

Inspirado pelo provérbio de Lao-Tsé: “Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, vais alimentá-lo toda a vida,” Geraldo Tolles Linck (1927 - 1998), no ano de 1976 na cidade de Porto Alegre/RS, cria a primeira sala de aula do Projeto Pescar, nas dependências de sua empresa Linck S.A. de Equipamentos Rodoviários e Industriais.

Ao presenciar um idoso ser assaltado por um adolescente o visionário empresário choca-se muito com a tal cena e pensa em como ofertar aos jovens que estão à mercê da vulnerabilidade, uma oportunidade de inserção no meio social. Com essa motivação nasce a primeira Unidade Pescar – a Escola Técnica Linck (figura 1).

Figura 1: Primeira turma do Projeto Pescar – 1976



Fonte: Acervo Fundação Pescar

Com base nos estudos de Sgorla (2015), essa escola tinha como objetivo principal preparar indivíduos de baixa renda para o mundo do trabalho. Os alunos selecionados

eram indicados por Dona Teodora, uma religiosa vinculada à Igreja da Vila Humaitá, Bairro do entorno da empresa. As primeiras turmas eram compostas por 15 adolescentes, de 15 a 18 anos, exclusivamente do sexo masculino. O curso acontecia em 12 meses e ensinava noções básicas sobre mecânica de máquinas e motores, que era a especialidade da empresa. Ministrava também aulas sobre cidadania, ética, família, meio ambiente e saúde. No segundo ano, o curso foi reduzido para 6 meses, com o objetivo de atender mais jovens.

Com o crescimento da empresa, a escola ganhou um novo prédio, num terreno alugado na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). Além da sala de aula, ali foi construída uma oficina para as atividades práticas, um vestiário e um setor administrativo. Os alunos tinham aulas pela manhã e trabalhavam como estagiários no período da tarde. Suas atividades não se restringiam mais à mecânica, mas também a áreas operacionais, administrativas e de apoio.

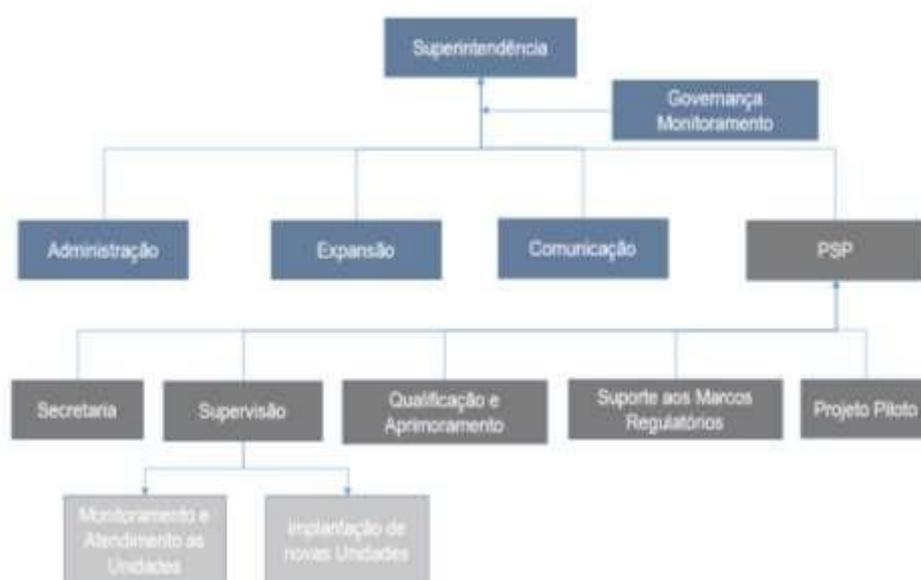
Essa iniciativa dada aos adolescentes, um contato com o ambiente empresarial, tornou possível a autonomia nas suas escolhas de melhoria de vida. Desta forma, com as atitudes, habilidades e competências trabalhadas, faziam com que ao término do curso esses jovens se destacassem em seus novos empregos, inspirando novas empresas e organizações a aderirem ao programa Pescar.

Em 1988, após doze anos da formação da primeira unidade, seis novas empresas junto com a Linck iniciam a Rede Pescar. As atividades originadas pelas escolas começaram a ser registradas e sistematizadas, com o intuito de repassar os conhecimentos para novos parceiros. Desta forma, a iniciativa, antes isolada de um empresário, adquire as características de um programa permanente, o Projeto Pescar. As empresas que aderem ao Projeto têm que adaptar o programa à sua realidade, mas sempre atendendo às carências da sua comunidade. Segundo o site da Fundação Projeto Pescar, a partir do final da década de 80, o programa começou a ser conhecido em várias partes do Brasil. No ano de 2003, o Pescar se expande internacionalmente; foi implantada uma Unidade no grupo Palmero, na Argentina. Posteriormente, no Paraguai, Angola e Peru. Segundo os dados do Relatório de atividades de 2017, existem 27 unidades no exterior.

No ano de 1995, a Fundação Projeto Pescar (FPP) é instituída para operar na implementação do programa social Pescar, com o principal objetivo de administrá-lo no país através de um princípio de governança transparente, colaborativo e focado na

transformação social. O programa garantiria, assim, a continuidade do projeto e da expansão do modelo de franquia social para outras organizações empresariais interessadas no desenvolvimento do jovem em situação de risco e vulnerabilidade social. Com a criação da Fundação, inicialmente a Link manteve-se como mantenedora, até a constituição de um grupo de empresas que possuíam um diferencial ao que diz respeito ao compromisso com a sociedade. Essas empresas consideravam que viabilizar recursos financeiros, estruturais e articulações para o desenvolvimento e ampliação do Programa Social Pescar seria um verdadeiro investimento social e passaram a ser denominadas mantenedores institucionais da Rede Pescar.

Figura 2 Estrutura Organizacional da FPP



Fonte: Acervo da Fundação Pescar

Atualmente, a FPP conta com 12 empresas mantenedoras, que são: Aemflo CDL São José, AGCO, Banrisul, Gerdau, Harman, Infraero, Ipiranga, Lojas Renner, Unimed Porto Alegre, Volvo, Yara e ZF. E possui 45 apoiadores institucionais que disponibiliza para Fundação Projeto Pescar o seu conhecimento, experiência e serviços, em diversas áreas, permitindo uma gestão competente e inovadora.

A Fundação Projeto Pescar é uma Entidade de Defesa e Garantia de Direitos, que atua com adolescentes e jovens, de 16 a 19 anos, na oferta de ações de promoção da integração ao mundo do trabalho, através da oferta de programas de aprendizagem e projetos de iniciação socioprofissional.

Quando uma empresa tem interesse de implantar uma unidade do Pescar, ela se franquia à Fundação, contribuindo com uma mensalidade no valor de um salário mínimo. Para o desenvolvimento do trabalho, a Fundação disponibiliza uma equipe profissional especializada (figura 2) que assessora na implantação, que acompanha o desenvolvimento das atividades e que auxilia na qualificação dos principais atores que atuam na formação dos jovens (figura 3).

Figura 3 Execução do Programa social Pescar



Fonte: Acervo da Fundação Pescar

Cabe à empresa franquiada à Rede Pescar disponibilizar o espaço físico, todo material didático e os encargos trabalhistas do educador social, além de ofertar aos jovens o seguro de vida, o transporte, a alimentação, o uniforme e o material necessário para que possa concluir o curso de iniciação profissional. O Programa Socioprofissionalizante dispõe de 17 cursos de iniciação profissional com carga horária de 800 horas e 960 horas, em 6 eixos de atuação (figura 4).

Figura 4: Quadro de cursos de iniciação profissional

EIXO	INICIAÇÃO PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA
<b>GESTÃO E NEGÓCIOS</b>	Serviços de Logística	800h
	Serviços de Comércio	800h
	Serviços Administrativos	800h
	Serviços de Restaurantes	800h
<b>PRODUÇÃO E PROCESSOS</b>	Produção Madeireira	960h
	Processos de Bobinagem	800h
	Processos de Eletricidade	800h
	Processos de Eletromecânica	960h
	Processos Agroindustriais	960h
	Produção Industrial	800h
<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	Serviços de Informática: Manutenção de Computadores e Redes	800h
<b>MANUTENÇÃO</b>	Manutenção de Mecânica Industrial	960h
	Manutenção de Mecânica Veicular	960h
	Manutenção de Bicicletas	800h
<b>AMBIENTE E SAÚDE</b>	Processos de Montagem Óptica	800h
<b>PETRÓLEO E GÁS</b>	Processos Químicos e Petroquímicos	960h

Fonte: Acervo da Fundação Pescar

Em relação à metodologia e à sua execução, procede da seguinte forma: durante o projeto, as atividades do eixo desenvolvimento pessoal e cidadania (DPC), que equivalem a 60% do programa, são desenvolvidas com a participação dos jovens, que definem temas aos quais desejam discutir, refletir e debater. Porém, cada educador social, que é o profissional responsável pela turma, deve trabalhar os conteúdos básicos desse Eixo que são: o autoconhecimento, o relacionamento interpessoal e grupal, a cidadania, a família, a saúde, a sustentabilidade, as tecnologias e o empreendedorismo. A metodologia favorece a construção do diálogo e do senso crítico, permitindo que tais reflexões sejam assimiladas. Os outros 40% de conteúdos são voltados para o desenvolvimento profissional, envolvendo atividades teóricas e práticas, nas quais os jovens simulam ou vivenciam as situações de rotina do mundo do trabalho.

Os locais de acesso são definidos de acordo com a área de formação profissional do programa e com a devida autorização da área de Segurança do Trabalho da empresa parceira, de acordo com laudo específico para as quais está previsto o acompanhamento

de um monitor responsável. As atividades práticas são realizadas concomitantemente à formação durante toda a vigência do curso.

Nas atividades do Projeto Pescar, os jovens desenvolvem habilidades e competências que são avaliadas durante todo o curso e são registradas através de três etapas do SAP Jovem – Sistema de Avaliação Pescar. A primeira etapa deverá ser aplicada no primeiro mês do curso, a segunda no meio e a última no mês que antecede o término do Projeto. O SAP é uma ferramenta que tem sido um forte aliado no planejamento das atividades dos educadores e tem contribuído para que os jovens construam um plano de ação, estimulando-os a se desenvolverem nas competências propostas pelo Programa Social Pescar.

As setes competências avaliadas são: ser protagonista; ser responsável e comprometido; compreender contextos e comunicar-se; ser democrático, ético e cidadão; resolver situações-problema; trabalhar e produzir em equipe; e aprender a aprender.

Segundo o relatório de atividades, 1731 jovens (51% meninos e 49% meninas), foram atendidos no ano de 2017 nos cursos ofertados pela FPP. Do total desses jovens atendidos, 980 são jovens cotistas pescar, amparados pela Lei da Aprendizagem n. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto 5.598/2015, com contrato de trabalho de aprendizagem, com recebimento de salário e com os demais direitos trabalhistas previstos na CLT. Ao cotizar os jovens as empresas cumprem suas cotas de aprendizes ao mesmo tempo em que desenvolvem um programa social.

Atualmente a Rede Pescar conta com 82 Unidades distribuídas em todo o Brasil, localizadas em 10 Estados e 42 municípios, sendo que só no estado do Rio Grande do Sul tem 46 unidades. Na cidade do Rio Grande, encontram-se duas empresas parceiras com Unidades: Yara Brasil e Refinaria de Petróleo Riograndense.

O subcapítulo a seguir trará um breve histórico da Refinaria, sua importância para o país e para o município do Rio Grande, sua contribuição com desenvolvimento da comunidade e a sua parceria com a FPP.

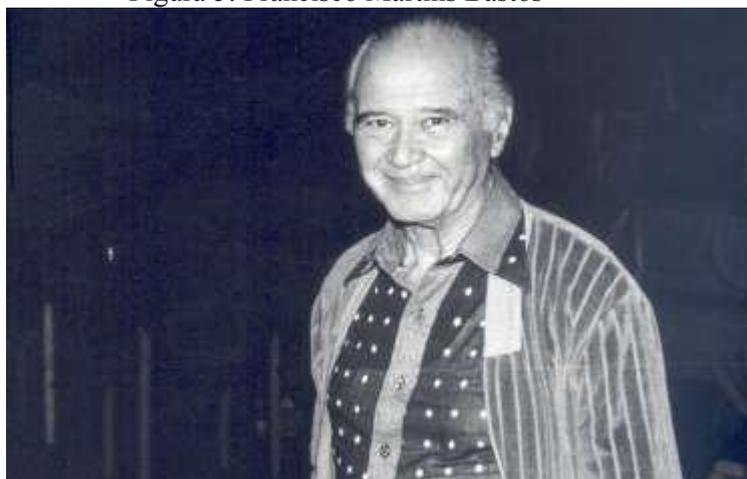
### **5.3 Um breve relato sobre a Refinaria de Petróleo Riograndense**

Em 26 de novembro de 1934, João Francisco Tellechea, junto ao amigo Eustáquio Ormazabal, inauguram a Destilaria Rio-Grandense de Petróleo na cidade de

Uruguaiana/RS. Devido às dificuldades de logística e à proibição do governo argentino sobre a reexportação do petróleo que vinha do Equador para destilaria, foi pensada uma estratégia para poder resolver o problema. Então, em 1936, surge o projeto de construção de uma Refinaria na cidade do Rio Grande, devido à facilidade de possuir um porto que vinha tendo um grande destaque na economia desde o século XIX.

Tellechea convida seu cunhado Francisco Martins Bastos (figura 5), para preencher a vaga de engenheiro mecânico na futura Refinaria. Chico Bastos, como era conhecido, mesmo não entendendo nada do processo de refino, aceita o desafio. A surpresa de receber o convite e o desafio da nova função, não o impedem de aceitá-lo. Aprendera que acreditar, ter paciência e perseverar são qualidades do pescador<sup>8</sup>.

Figura 5: Francisco Martins Bastos



Fonte: Acervo Refinaria Riograndense

No feriado de sete de setembro de 1937, é inaugurada a Ipiranga Sociedade Anônima – Companhia Brasileira de Petróleos. O nome Ipiranga é escolhido para homenagear o país, significando o grito do Ipiranga para a industrialização do petróleo brasileiro, que segundo Bastos, um dia significará a independência brasileira no setor. Esse feito foi um marco na indústria brasileira, que começava a olhar o petróleo como prioridade.

Ipiranga (figura 6), a terceira refinaria do país, foi uma grande superação de desafios para todos envolvidos no projeto. Principalmente para Bastos, que aceita assumir

---

<sup>8</sup> Entrevista ao Projeto Memória Ipiranga, em 22/08/1985.

o cargo de superintendente técnico da empresa e investe na escala mercadológica ampliando as vendas de óleo combustível e querosene.

A nova refinaria coloca à venda sua gasolina para os consumidores após os primeiros dias da sua inauguração. A bomba em forma de torre estava localizada na Praça Tamandaré pela rua General Neto. A empresa passou por muitas dificuldades como os acertos de controle de produção, local para estocagem, dificuldades na operação do refino do petróleo devido à falta de prática dos funcionários e muitas falhas no projeto. Porém, com muita dedicação e estudos, todos conseguem “acertar o passe”, como é falado na linguagem do petróleo. Foi a partir daí que todos começaram a somar e a multiplicar em petróleo, enfatizou Bastos.<sup>9</sup>

Figura 6: Refinaria início da década de 40



Fonte: Fonte: Acervo Refinaria Riograndense

A Segunda Guerra Mundial causou graves problemas para o abastecimento de matéria-prima para as indústrias de borracha no estado de São Paulo. A Ipiranga, que estava enfrentando as dificuldades da interrupção da importação do petróleo, começa a fabricar solventes de borracha e se mostrou decisiva para a indústria de pneumáticos. Seus primeiros lucros começaram a ser registrados no pós-guerra, diversificando sua produção, produzindo graxas lubrificantes, inseticidas, asfalto e fertilizantes.

A empresa não se preocupava somente com as ampliações de sua capacidade, mas também com a qualificação técnica de seus funcionários e com o desenvolvimento

---

<sup>9</sup> Relatório de Bastos à diretoria, em outubro de 1939. Arquivo Camb.

de produtos diferenciados. Em 1972 inicia a construção das unidades de Destilação a Vácuo e Craqueamento Catalítico Fluido (FCC). Esse foi um grande salto de modernidade nos seus processos.

A Refinaria sempre se manteve competitiva e atuante no setor petrolífero, mas nunca se esqueceu da sua consciência de responsabilidade ambiental. Criou em 1985 a Comissão de Meio Ambiente, começou a refinar petróleo nacional com baixo teor de enxofre e o óleo combustível utilizado nas suas caldeiras e fornos também com baixo teor de enxofre e chaminés, substituiu novas caldeiras com uma única chaminé de 70 metros de altura. Isso tudo resultou em significativos ganhos ambientais. Em 2002 obtém a certificação do Sistema de Gestão Ambiental pelo ISSO 14.00110.

Ao longo de muitas décadas, a empresa alcançou resultados relevantes, crescendo e diversificando sua produção e constituindo um dos maiores grupos empresariais do país, operando em segmentos industriais e comerciais de fertilizantes, pescados, hotelaria e outros.

Porém, no ano de 2004, o alto custo do petróleo torna inviável a atividade de refino privado no país, e faz a Refinaria Ipiranga buscar alternativas de manter-se na sua operação. Porém toda essa situação se prolonga por dois anos levando a empresa ter três grandes paralisações de suas atividades. Todos esses problemas abalam os negócios do grupo Ipiranga.

No ano de 2007, tem início um novo recomeço para a Refinaria: a Petrobras, o Grupo Ultra e a Brasken anunciam o acordo para aquisição dos negócios do Grupo Ipiranga pelo valor de US\$ 4 bilhões. A Refinaria passa a ser uma empresa individualista, não sendo mais integrada ao grupo Ipiranga e seu controle administrativo é dividido em três partes iguais aos seus novos controladores. A partir deste momento sofre alteração na sua denominação de Ipiranga para Refinaria de Petróleo Riograndense.

Atualmente, sua principal atividade é a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente gasolina, óleo diesel, nafta petroquímica, óleo combustível,

---

10 A norma ISO 14001 é uma ferramenta criada para auxiliar empresas a identificar, priorizar e gerenciar seus riscos ambientais como parte de suas práticas usuais. A norma faz com que a empresa dê uma maior atenção às questões mais relevantes de seu negócio. A ISO 14001 exige que as empresas se comprometam com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial. Disponível em: <<https://certificacaoiso.com.br/iso-14001/>> Acesso em 12 jan./2018.

GLP, aguarrás e óleos de processo. Seu mercado de atuação concentra-se na região Sul do Brasil, especialmente no estado do Rio Grande do Sul.

Em 2011, inaugurou uma unidade produtora de pentanos, tornando-se o primeiro fabricante nacional desse produto e passando a atuar fortemente no mercado de solventes e óleos especiais. A partir de 2015, a RPR fortaleceu sua atuação logística no mercado de armazenagem de granéis líquidos.

A Companhia possui ainda um Sistema de Gestão Integrado (SGI), certificado por auditores independentes (BVQI), que abrange as normas ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional). É a garantia de que a RPR mantém sua preocupação permanente com o equilíbrio entre a produção industrial, a preservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida, objetivando o crescimento socioeconômico sustentável e a garantia da segurança dos seus empregados e da comunidade onde está inserida.

#### **5.4 A responsabilidade social com a cidade do Rio Grande**

Essa empresa sempre foi muito preocupada com a responsabilidade social e sua primeira contribuição à comunidade foi o pagamento do asfalto utilizado para a construção da rodovia Rio Grande-Cassino. Em 1962, uma época em que o país registra altos índices de uma crescente inflação, a Ipiranga completa 25 anos, mas novamente a comunidade que é presenteada com a doação de recursos financeiros para os setores que atentam para a saúde e para a assistência social que auxilia as crianças desamparadas e as comunidades carentes.

Através dos anos a RPR esteve presente na vida da cidade do Rio Grande. Um dos grandes incentivos foi a criação da Fundação Cidade do Rio Grande, que originou a Escola de Engenharia Industrial, primeira instituição de ensino superior da cidade, na qual os engenheiros da Refinaria, entre outros, de diversas entidades da cidade, foram seus primeiros professores. Esta escola contribuiu para a constituição da atual Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Chico Bastos sempre viu a educação como uma “mola propulsora” de um mundo melhor.

[...] o nosso ideal era o peixe grande, a universidade; esse só conseguimos em agosto de 1969. Para muitos, sem as virtudes do pescador, a missão estaria cumprida. Para nós, ela perdura. Continuaremos pescando para apanhar outros peixes grandes que sirvam de alimento para atender a fome de saber da mocidade de nossa terra.<sup>11</sup>

O Museu Oceanográfico, mais importante acervo sobre a vida marinha da América Latina, o Museu da Cidade e a Rádio Universidade foram conquistas da comunidade rio-grandina que também receberam apoio da Refinaria. Outros exemplos dessa presença é a restauração do patrimônio histórico, garantindo a recuperação da Catedral de São Pedro, do altar de São Miguel, da Capela São Francisco de Assis, do Sobrado dos Azulejos, da Igreja da Conceição e da Câmara do Comércio. Paralelamente, apoiou o Hospital de Cardiologia e Oncologia da Santa Casa e diversas entidades de assistência social e educação ambiental. Liderou campanhas de vacinação e do agasalho por mais de vinte anos.

Atualmente, são destaques os projetos sociais Banco de Alimentos e Projeto Pescar. É a primeira empresa mantenedora do Banco de Alimentos, que atende instituições carentes do município e de São José do Norte, propendendo combater a fome, a miséria, a desnutrição e doenças oriundas da má alimentação.

Quando o Projeto Pescar foi implantado na empresa, havia na cidade uma grande procura por profissionais qualificados em solda para trabalhar no Polo Naval. Devido a isso, a Refinaria firmou uma parceria com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), comprando um curso básico de solda para ser ministrados aos jovens. Nas dependências da RPR, a administração das aulas do eixo de desenvolvimento pessoal é de responsabilidade da Educadora Social e o eixo profissional responsabilidade do SENAI. Esse formato de curso durou por cinco anos. Com a queda do Polo, a oferta de trabalho para os profissionais formados em solda ficou muito pequena, então a Refinaria, pensando no futuro profissional desses jovens, reformulou novamente o curso básico de iniciação profissional. Passou a ofertar o Curso de Operador de Processos Químicos e Petroquímico a partir de 2016. Sendo todo ministrado nas dependências da empresa, as aulas do eixo técnico são dadas voluntariamente pelos colaboradores.

---

<sup>11</sup> Trecho do discurso de agradecimento de Chico Bastos, ao receber o título de doutor *honoris causa* da FURG, em 20/08/1971.

O Projeto Pescar, por ser um programa que torna visível a responsabilidade de contemplar as necessidades de educação, cidadania e empregabilidade dos jovens da comunidade, se consagrou como “a menina dos olhos da RPR”, criando uma rede interna de voluntariados, formada por seus funcionários que ministram aulas do eixo profissional.

Segundo o relato do atual diretor superintendente da Refinaria, Hamilton Romanato Ribeiro, para o Relatório Anual da Rede Pescar (2016):

O Projeto Pescar atende integralmente aos nossos objetivos ao propiciar os conhecimentos básicos, comportamentos, atitudes e habilidades que viabilizam a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Destacamos também a contribuição para o ambiente interno, na medida em que os profissionais se sentem gratificados e valorizados ao ser voluntários.

O trabalho desenvolvido na unidade é dar oportunidade para que os jovens consigam saciar suas fomes por mais saberes, tanto no desenvolvimento pessoal como no profissional, sendo capazes de se promoverem como sujeitos de si no tempo e no espaço que vive.

O capítulo a seguir trará uma breve abordagem sobre os bens culturais tombados em Rio Grande e descreverá os projetos elaborados no Pescar com a intenção de inserir a Educação Patrimonial, o qual foi intitulado “O Patrimônio Eternizado na Sala de Aula”.



6

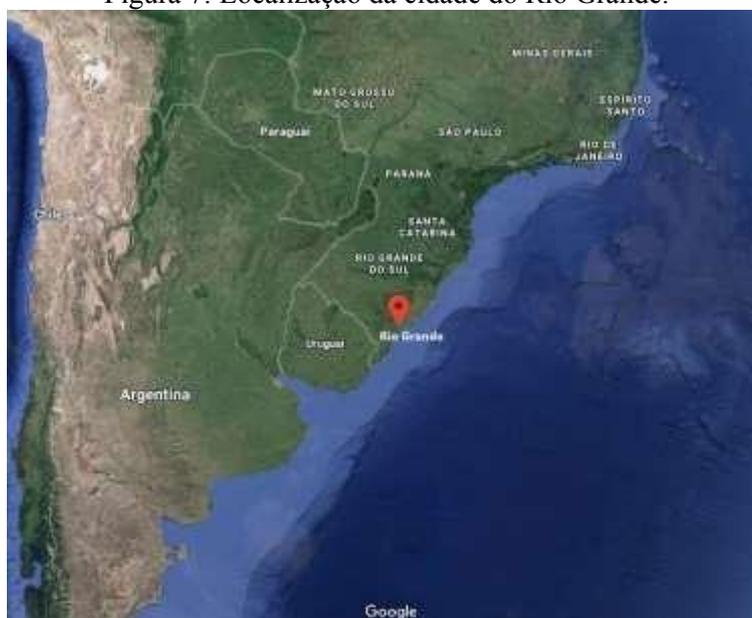
**Bens Culturais do Rio Grande e a Educação Patrimonial no Projeto Pescar da Refinaria Riograndense**

## 6. BENS CULTURAIS DO RIO GRANDE E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROJETO PESCAR DA REFINARIA RIOGRANDENSE

### 6.1 Bens culturais do Rio Grande

A cidade do Rio Grande, fundada em 1737, está localizada no extremo sul gaúcho e atualmente conta com uma população de 207 mil habitantes, segundo os dados do IBGE (2014).

Figura 7: Localização da cidade do Rio Grande.



Fonte: Imagem obtida do Google maps.

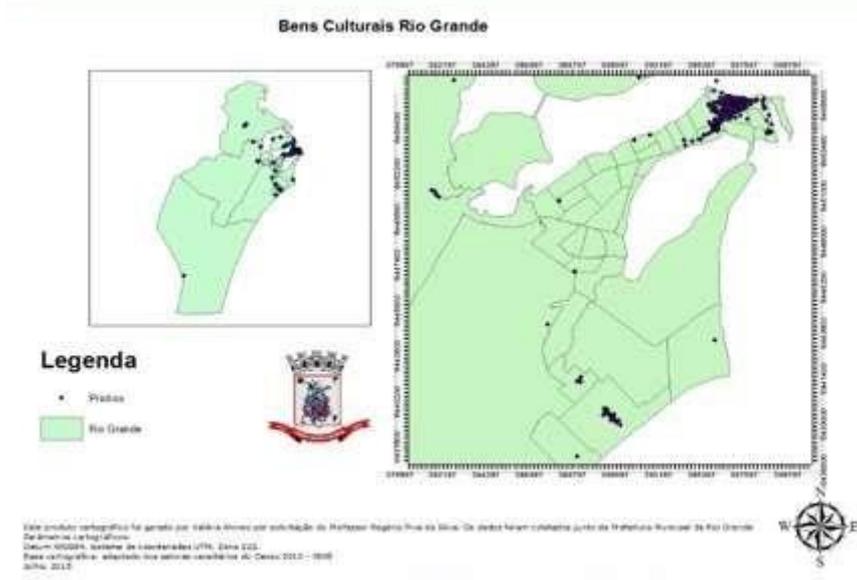
A cidade passou por diversas fases em sua historicidade e em seu desenvolvimento econômico.

A partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do comércio financiou a embrionária atividade industrial que surgia no Rio Grande do Sul com a implantação, em 1873, da Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vates, conhecida até hoje pelos riograndinos como Fábrica Rheingantz e possibilitou um período de forte efervescência cultural, marcado pela criação de teatros e casas de espetáculos (ALTMAYER; CARNEIRO, 2009).

Segundo Silva (2016, p. 5): “[...] dessa maneira, a cidade cresceu e se desenvolveu, formando um rico patrimônio cultural edificado, com prédios luxuosos, ricamente ornamentados, construídos e decorados com materiais trazidos da Europa”.

Atualmente, a cidade do Rio Grande tem 509 bens culturais inventariados espalhados por todos os bairros da cidade, embora sua maior concentração esteja no bairro centro, como se pode observar na figura 8. A relação dos bens inventariados estão listados no site da prefeitura municipal.

Figura 8 Mapa de localização dos Bens Culturais – Rio Grande



Fonte: SILVA (2017)

Dentre esses, três são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São eles o prédio da Alfândega (figura 9), a Igreja Matriz Catedral de São Pedro (figura 10), e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco (figura 11). Da mesma forma, os bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAEE) são o antigo Quartel General (figura 12), o Sobrado dos Azulejos (figura 13), o Complexo da Fábrica Rheingantz (figura 14), o Paris Hotel (figura 15), o prédio da Prefeitura Municipal (figura 16) e o Reservatório Metálico, a caixa d'água da Hidráulica (figura 17).

O Prédio da Alfândega foi tombado como patrimônio histórico em 22 de agosto de 1967, pelo IPHAN e teve esse fim até o ano de 1969. Logo depois, funcionou no local

a Secretaria da Receita Federal e também a Delegacia da Receita Federal do Rio Grande, que absorveu as atribuições e as repartições da Alfândega. Após uma restauração, nas décadas de 1970 e 1980, o prédio da Alfândega recebeu dependências atualmente destinadas à Receita Federal e ao Museu Histórico da Cidade do Rio Grande.

Figura 9: Prédio da Alfândega

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE	
1. MUNICÍPIO: Rio Grande - centro	
2. PRS-03-0307/2018	
3. TIPOLOGIA: 3-Arquitetura Civil Oficial	
4. ENDEREÇO: Rua dos Pescadores, Rua Marechal N.º 988 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL	
5. USO ATUAL: Receita Federal/Museu <input type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RUINA	
6. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA: <input type="checkbox"/> HETEROGÊNEO: <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO: <input type="checkbox"/> OBS.: Ocupa todo o quarteirão	
7. N.º DE PAVIMENTOS: 2 <input type="checkbox"/> PORÃO <input type="checkbox"/> SOTÃO <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS: (Marante)	
8. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: 1875-1878 MATERIAL PREDOMINANTE: Alvenaria rebocada	
9. ESTRUTURA: Portanto: Alvenaria de tijolo	
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:	
11. SITUAÇÃO: 	
12. OBSERVAÇÕES: Platibando misto com torções retorcidas; Elementos decorativos em relevo sobre arcos das esquadras; Substrato de pedra; Pilastras de Góssis; Plântulas de ordem toscana; pilastros com fuste canelado de ordem coríntia e colunas helicoidais; Acesso principal marcado por quatro colunas de ordem coríntia, portais de pedra com porta de duas folhas articuladas com "barridos em relevo"; Acessos secundários marcados por cúpulas e entablamentos de pedra; Equilíbrio de tons; Pilastras de torre com relógio e marante; Arquadas; Augusto (Lamb. Góssis); Engenheiro: F. Nunes de Miranda; Iniciada em nível federal, 1867.	
13. FOTO: 	
14. LOCALIZAÇÃO: 	
15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: No alinhamento predial	
DATA: 11/04/2003	
16. PESQUISADOR: Cláudio Paulo Sérgio	

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

A Catedral de São Pedro, construída em 1755 em estilo barroco, é a igreja mais antiga do estado do Rio Grande de Sul. Importante marco para a criação e o desenvolvimento social, político e cultural da história do município, tornou-se por algumas ocasiões a instituição mais relevante no âmbito social da cidade, pois ali foram

realizados os primeiros registros civis e públicos, tornou-se uma fonte primária de compreensão da constituição da sociedade local, vivenciou guerras, crises políticas e períodos de instabilidade econômica e social.

Figura 10: Catedral de São Pedro

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL**  
**GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE**

1. MUNICÍPIO: Rio Grande - centro		2. PRS/ID 0007.99952																			
DENOMINAÇÃO: Catedral de São Pedro		3. TIPOLOGIA: 1 - Arquitetura Religiosa																			
ENDEREÇO: Barroco, Rua General N 1443 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL		4. USO ATUAL: Igreja <input type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RUÍNA																			
4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA <input type="checkbox"/> OBS: HETEROGÊNEO <input type="checkbox"/> MISCIV DESCARACTERIZADO <input checked="" type="checkbox"/>		7. N.º DE PAVIMENTOS: 2 <input type="checkbox"/> PISO <input type="checkbox"/> SÓTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS																			
6. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: MATERIAL PREDOMINANTE: Alvenaria rebocada		8. ESTRUTURA: Portada - alvenaria de tijolo																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Abertura</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OBTUSO</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Abertura	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OBTUSO	OUTROS	JANELA	X	X				PORTA	X	X				13. SITUAÇÃO: 1 - 03	
Abertura	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OBTUSO	OUTROS																
JANELA	X	X																			
PORTA	X	X																			
8. COBERTURA: N.º DE ÁGUAS: - COM BÉRBAL <input checked="" type="checkbox"/> COM PLATIBANDA <input type="checkbox"/>																					
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:		14. LOCALIZAÇÃO: 																			
12. OBSERVAÇÕES: Portada e janelas centrais amoldadas por pedras vindas de Portugal. Possui altar-nicho. Figuras em alto-relevo no tecto (afresc). Considerado em 1950 é um exemplo significativo do período barroco. Também em nível federal 17/05-1938. Restaurado.		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: Largo																			
13. FOTO: 		16. PESQUISADOR: Serrano, César, Tiago																			
		DATA: 15/04/2003																			

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

A capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi construída em 1794, quando o Brigadeiro Pinto Bandeira doou o terreno e as obras que antes eram destinadas para uma capela à Nossa Senhora da Conceição. Quando os membros da Ordem chegaram ao município, trouxeram uma imagem esculpida em madeira do Santo e a colocaram em

um altar na Igreja Matriz de São Pedro, que lá ficou até 1814, quando a capela ficou pronta e denominada Capela de São Francisco de Assis.

Figura 11: Capela da Ordem 3ª de São Francisco

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL**  
**GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE**

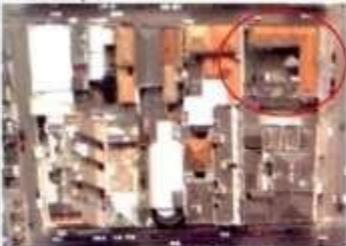
1. MUNICÍPIO: Rio Grande - centro		2. PRS:03-087 00154	
DENOMINAÇÃO: Capela São Francisco de Assis		3. TIPOLOGIA: 1- Arquitetura Religiosa	
ENFEREÇO: Floriano Peixoto, Rua Marechal Nº item nº: <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL		5. USO ATUAL: Museu Sapo de Rio Grande <input type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RUINA	
6. ENTORNO: HOMOGENEO DE EPOCA: <input type="checkbox"/> OBS: <input type="checkbox"/> HETEROGÊNIO: <input type="checkbox"/> Escola DESCHARACTERIZADO: <input checked="" type="checkbox"/>		7. Nº DE PAVIMENTOS: 2 <input type="checkbox"/> PORÃO <input type="checkbox"/> SOTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS	
9. FACHADA PRINCIPAL: MATERIAL PREDOMINANTE: Alvenaria rebocada		8. ESTRUTURA: Portões - alvenaria de tijolo	
DATAÇÃO: Aberturas: Verge: <input type="checkbox"/> RETA: <input type="checkbox"/> A-ABAT: <input type="checkbox"/> A-PLANO: <input checked="" type="checkbox"/> A-CURVAL: <input type="checkbox"/> OUTROS: <input type="checkbox"/> JANELA: <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> PORTA: <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		11. SITUAÇÃO: 	
8. COBERTURA: Nº DE ÁGUILAS: 2 COM BEIRAL: <input checked="" type="checkbox"/> COM PLATÂBANDA: <input type="checkbox"/>		10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:	
12. OBSERVAÇÕES: Capela construída em 1792, tombada pelo IPHAN. Café barroco tardio, formando um só bloco de edificação em conjunto com o prédio matriz de São Pedro, hoje catedral. Passou pelo entulhamento, passando por reformas e reformas em pedra. Possui um campanário e uma torre, nas laterais. Fachada alinhada com o eixo. Barra nas laterais.		14. LOCALIZAÇÃO: 	
13. FOTO: 		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: No alinhamento predial	
DATA: 04/09/2003		16. PESQUISADOR: Cassia, Diádo	

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

A construção do Antigo Quartel General começou em 1892 e foi concluída no ano de 1894. Esse prédio pertenceu à União Federal até 1990, quando foi adquirido pela prefeitura de Rio Grande. Na segunda metade da década de 90, o prédio foi restaurado e passou a sediar secretarias do município<sup>12</sup>.

<sup>12</sup>Disponível em:

Figura 12: Quartel General

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE																						
1. MUNICÍPIO: Rio Grande - Centro																						
DENOMINAÇÃO: Antigo Quartel General																						
ENDEREÇO: João Fernandes Moreira, Largo Engenheiro N.º 134																						
<input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL																						
2. PRS/03-0007-002/01																						
3. TIPOLOGIA: 5- Arquitetura Civil Ócioal																						
4. ENTORNO: HOMOGENEO DE EPOCA: <input type="checkbox"/> HETEROGÊNICO: <input checked="" type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO: <input type="checkbox"/> DBR: Espetro																						
5. USO ATUAL: S.M.C.P. <input type="checkbox"/> DESOcupADO <input type="checkbox"/> RUINA <input type="checkbox"/>																						
6. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: 1894																						
MATERIAL PREDOMINANTE: Alvenaria de tijolo																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>VIGA</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OBTUSO</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			VIGA	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OBTUSO	OUTROS	JANELA	X			X			PORTA				X		
	VIGA	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OBTUSO	OUTROS																
JANELA	X			X																		
PORTA				X																		
7. N.º DE PAVIMENTOS: 2																						
<input checked="" type="checkbox"/> PAVÃO <input type="checkbox"/> SOTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS																						
8. ESTRUTURA: Porteiro - alvenaria de tijolo																						
9. COBERTURA: N.º DE AQUAS: 8																						
COM BRISA: <input type="checkbox"/> COM PLATIBANDA: <input checked="" type="checkbox"/>																						
TELHA CANAL: <input checked="" type="checkbox"/> TELHA FRANCESA: <input type="checkbox"/> TELHA DE ZINCO: <input type="checkbox"/>																						
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:																						
11. SITUAÇÃO: 																						
12. OBSERVAÇÕES: Predomínio revestido e ócioal, com composições frontais fracionadas. Sacadas em ferro forjado. Sacadas de terra principal com vãos cobertos. Paredes externas em alvenaria. Vestibulo com escadote. Anexo no interior do pátio. Tombado em nível estadual, 1982.																						
13. FOTO: 																						
14. LOCALIZAÇÃO: 																						
15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: No alinhamento predial																						
16. PESQUISADOR: Guilherme Lefebvre																						
DATA: 09/04/2002																						

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

O Sobrado dos Azulejos, com intuito de ser moradia do Senhor Antônio Benone Martins Viena, foi construído em 1862. No período entre 1899 a 1938, foi utilizado como sede de uma das filiais do London and Brazilian Bank Ltda. Em seguida, foi adquirido por Luiz Angelo Loréa para residir com sua família.

É um Prédio revestido de azulejos portugueses, técnica muito utilizada nas cidades litorâneas, e um dos poucos exemplares que restaram no Estado. Em 1998, o

sobrado foi adquirido pela Associação Pró-Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande (APAHC). As obras de restauração ocorreram em 2000 e 2001, através da Lei de Incentivo à Cultura, com patrocínio da Refinaria de Petróleo Ipiranga. Parte dos azulejos foi recuperada, e parte foi substituída por azulejos novos, importados de Portugal, do mesmo local de proveniência dos azulejos originais.

Figura 13: Sobrado dos Azulejos

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC-IPHAE	
1. MUNICÍPIO: Rio Grande - Centro	
2. PRIN.0001.00120	
3. TIPOLOGIA: B. Antigos Meios	
4. DENOMINAÇÃO: Sobrado dos Azulejos	
5. USO ATUAL: <input checked="" type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RESIDA	
6. ENDEREÇO: Flávia Passal, Rua Marechal	
7. Nº DE PAVIMENTOS: 2	
8. Nº DE ANDAR: <input type="checkbox"/> PORTA <input type="checkbox"/> OUTROS	
9. ESTRUTURA: Fôrma: alvenaria de tijolo	
10. SÍTUAÇÃO: 	
11. LOCALIZAÇÃO: 	
12. OBSERVAÇÕES: Data: 1982; Arquiteto português com pedágio; Presença de Ocuco no 1º pavimento; Ornamentação de pedras nos portais do pavimento térreo; Pintura em relevo com fundo vermelho o valor do comércio de grãos em aço forjado; Portas do pavimento térreo de madeira de duas folhas; Escadaria com balaustrada em ferro; Toldos em aço forjado com sistema de pedras; Sobrado com azulejos; Telhado com telhado; Sobrado com sistema de pedras.	
13. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: No estacionamento predial	
14. DATA: 1994/2000	
15. RESPONSÁVEL: Carlos Guilherme Tago	

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

A Fábrica Rheingantz foi fundada na cidade do Rio Grande em 1873, pelo descendente de alemães Carlos Guilherme Rheingantz e o alemão Hermann Vater.

Foi pioneira na industrialização do RS e tinha por atividade principal a produção de tecidos de lã, algodão e confecção de tapetes. Foi a primeira fábrica gaúcha tombada pelo IPHAE no ano de 2012.

Figura 14: Fábrica Rheingantz

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL**  
**GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE**

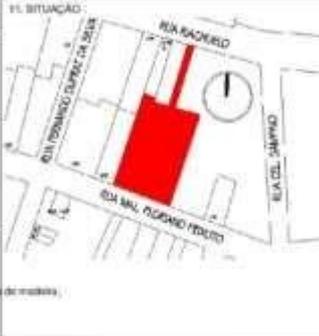
1. MUNICÍPIO : Rio Grande		2. PIS/CO-0007.00328																						
DENOMINAÇÃO : Administração da Fábrica Rheingantz		3. TIPOLOGIA : 7 - Arquitetura Rural ou Industrial																						
ENDEREÇO : Rheingantz, Avenida N.º 001 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL		5. USO ATUAL : <input checked="" type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RUÍNA																						
4. ENTORNO : HOMOGENEO DE EPOCA <input type="checkbox"/> OBS : HETEROGÊNEO <input checked="" type="checkbox"/> Faz parte do complexo Rheingantz DESCARACTERIZADO <input type="checkbox"/>		7. N.º DE PAVIMENTOS : 2 <input type="checkbox"/> PORÃO <input checked="" type="checkbox"/> SOTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS																						
6. FACHADA PRINCIPAL : DATAÇÃO : MATERIAL PREDOMINANTE : Alvenaria rebocada		8. ESTRUTURA : Misto																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Abertura</th> <th>Vara</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OGIVAL</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td></td> <td>X</td> <td>-</td> <td>X</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td></td> <td>-</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>		Abertura	Vara	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA		X	-	X	-	-	PORTA		-	X	X	-	-	11. SITUAÇÃO : 	
Abertura	Vara	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS																		
JANELA		X	-	X	-	-																		
PORTA		-	X	X	-	-																		
8. COBERTURA : N.º DE ÁGUAS : COM BEIRAL <input type="checkbox"/> COM PLATIBANDA <input checked="" type="checkbox"/>		<table border="1"> <tbody> <tr> <td>TELHA CANAL</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>TELHA FRANCESA</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>TELHA DE ZINCO</td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>FIBROCIMENTO</td> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>		TELHA CANAL	<input type="checkbox"/>	TELHA FRANCESA	<input type="checkbox"/>	TELHA DE ZINCO	<input checked="" type="checkbox"/>	FIBROCIMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>													
TELHA CANAL	<input type="checkbox"/>																							
TELHA FRANCESA	<input type="checkbox"/>																							
TELHA DE ZINCO	<input checked="" type="checkbox"/>																							
FIBROCIMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>																							
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS :																								
12. OBSERVAÇÕES : Cobertura com madeiras e tripas; Fachada com traços.																								
13. FOTO : 		14. LOCALIZAÇÃO : 																						
		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA : Alinhamento predial																						
		DATA : 07/05/2003																						
		16. PESQUISADOR : Cassia																						

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

O prédio conhecido atualmente como Hotel Paris foi construído na primeira metade do século XIX e em 1826 abrigava a residência de um armador de navios. Segundo informações do IPHAE, o prédio apresenta elementos significativos, como o pátio interno com fonte de mármore, em torno do qual se desenvolve os espaços

construídos lembrando a arquitetura espanhola. Com dois pavimentos, a fachada é simétrica, com o acesso principal em posição central<sup>13</sup>.

Figura 15: Hotel Paris

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE																			
1. MUNICÍPIO: Rio Grande - Centro	2. PRECÓDIGO: 0007/001/00																		
DENOMINAÇÃO: Paris Hotel	3. TIPOLOGIA: <input type="checkbox"/> 0 - Arquitetura Contemporânea																		
ENDEREÇO: Frei João Pereira, Rua Marechal N.º 112 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL	4. USO ATUAL: <input type="checkbox"/> HABITAD. <input type="checkbox"/> RUÍNA																		
4. ENFOQUE: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA <input type="checkbox"/> DBD: HETEROGÊNEO <input checked="" type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO: <input type="checkbox"/>	7. N.º DE PAVIMENTOS: 2 <input type="checkbox"/> PORÃO <input type="checkbox"/> BOTÃO																		
5. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: Campo 32	8. ESTRUTURA																		
MATERIAL PREDOMINANTE: Alvenaria Rebocada	Portões - elemento de ligação																		
Material: <table border="1"> <tr> <td>Arquitet.</td> <td>RETA</td> <td>A. ABAT.</td> <td>A. PLENO</td> <td>A. GERAL</td> <td>OUTROS</td> </tr> <tr> <td>JANELA</td> <td>-</td> <td>X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td>-</td> <td>X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>	Arquitet.	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. GERAL	OUTROS	JANELA	-	X	-	-	-	PORTA	-	X	-	-	-	9. SITUAÇÃO:
Arquitet.	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. GERAL	OUTROS														
JANELA	-	X	-	-	-														
PORTA	-	X	-	-	-														
6. COBERTURA: N.º DE AGUILES: 12 COM BARRAL <input type="checkbox"/> COM PLATABANDA <input checked="" type="checkbox"/>	TELHA CANAL <input checked="" type="checkbox"/> TELHA FRANCESA <input type="checkbox"/> TELHA DE ZINCO <input type="checkbox"/>																		
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS:	11. SITUAÇÃO: 																		
12. OBSERVAÇÕES: Edifício com identificação: Paredões, alvenaria com friso; Janelas do pavimento térreo com duas folhas de vidro, com postigo e portas de duas folhas de madeira; Janelas com venezianas no pavimento superior; Escada de alvenaria do tipo balcão - escada; Datação = 1904 1904 1904 1904 Terminado em nível estadual	14. LOCALIZAÇÃO: 																		
13. FOTO: 	15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: Nº abastecimento predial																		
	DATA: 1904/0003 16. PESQUISADOR: Cláudio, Paulo Sérgio																		

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

O prédio da prefeitura foi construído em 1824 pelo comerciante Joaquim Rasgado, que residia na parte superior e possuía comércio no pavimento térreo. No final do século XIX, foi negociado com a Intendência Municipal, que até os dias atuais se mantém como sede da prefeitura do município.

<sup>13</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Disponível em <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15623>> Acesso em 6 maio/2018.

Na década de 1930, o edifício foi ampliado em direção à rua General Osório é uma das construções mais antigas da cidade, somado ao Hotel Paris e à Catedral de São Pedro.

Figura 16: Prefeitura Municipal do Rio Grande

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL**  
**GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE**

1. MUNICÍPIO : Rio Grande - Centro		2. PRS/03-007.00211																						
DENOMINAÇÃO : Prefeitura Municipal do Rio Grande		3. TIPOLOGIA : 3- Arquitetura Civil Oficial																						
ENDEREÇO : João Fernandes Moreira, Largo Engenheiro N.44 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL		5. USO ATUAL - Prefeitura <input type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RUINA																						
4. EXTERNO HOMOGÊNEO DE ÉPOCA <input type="checkbox"/> CIBL. HETEROGÊNEO <input checked="" type="checkbox"/> Esquina DESCARACTERIZADO <input type="checkbox"/>		7. N.º DE PAVIMENTOS : 2 <input type="checkbox"/> PISAÇO <input type="checkbox"/> BOTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS																						
6. FACHADA PRINCIPAL : DATAÇÃO : 1908 MATERIAL PREDOMINANTE : Alvenaria rebocada		8. ESTRUTURA : Portante - alvenaria de tijolo																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Aberturas</th> <th>Verga</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. CONV.</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANELA</td> <td></td> <td>X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td></td> <td>X</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>		Aberturas	Verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. CONV.	OUTROS	JANELA		X	-	-	-	-	PORTA		X	-	-	-	-	11. SITUAÇÃO : 	
Aberturas	Verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. CONV.	OUTROS																		
JANELA		X	-	-	-	-																		
PORTA		X	-	-	-	-																		
8. COBERTURA : N.º DE AGUAS : COM BEIRAL <input type="checkbox"/> COM PLATIBANDA <input checked="" type="checkbox"/>		TELHA CANAL <input type="checkbox"/> TELHA FRANCESA <input type="checkbox"/> TELHA DE ZINCO <input type="checkbox"/> FIBROCIMENTO <input checked="" type="checkbox"/>																						
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS :																								
12. OBSERVAÇÕES : Acesso principal marcado por pórtico, com colunas e frontão arredondado com estátuas; Porta principal duas folhas de madeira trabalhada; Baldios individuais balaustrados; Pilastras da ordem coríntia no pavimento superior; Janelas duas folhas de abrir com portais; Janelas do pavimento térreo com grade veneziana fixa; Tombedo em nível estadual, 1982.		14. LOCALIZAÇÃO : 																						
13. FOTO : 		15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA : No planejamento predial																						
		DATA : 17/04/2003																						
		16. PESQUISADOR : Cláudio Cassa																						

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

A Caixa D'Água da Hidráulica foi construída em 1873 é o mais antigo reservatório do RS. O reservatório metálico da Companhia Rio-grandense de Saneamento (Corsan) foi tombado pelo IPHAE pela sua importância histórica e arquitetônica. O

reservatório teve como finalidade fomentar as atividades portuárias fornecendo água tratada para a cidade do Rio Grande.

Figura 17: Reservatório Metálico, a caixa d'água da Hidráulica

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE	
1. MUNICÍPIO : Rio Grande - Hidráulica DENOMINAÇÃO : Caixa d'água da Hidráulica ENDEREÇO : Altamir Lacerda do Nascimento, Rua Doutor N.º 119 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL	
2. PRS/03-0007.0008	
3. TIPOLOGIA : 5. Arquitetura Civil Oficial	
4. ENTORNO : HOMOGÊNEO DE ÉPOCA <input type="checkbox"/> OBS : HETEROGÊNEO <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO <input checked="" type="checkbox"/>	
5. USO ATUAL : Caixa d'água <input type="checkbox"/> DESOCLUPADO <input type="checkbox"/> RUINA	
6. FACHADA PRINCIPAL : DATAÇÃO : 1976 MATERIAL PREDOMINANTE : Ferro Fundido	
7. N.º DE PAVIMENTOS : 1 <input type="checkbox"/> PORÃO <input type="checkbox"/> BOTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS	
8. ESTRUTURA : Autônoma-metálica	
9. COBERTURA : N.º DE ÁGUAS : 1 COM BEIRAL <input type="checkbox"/> COM PLATIBANDA <input type="checkbox"/> TELHA CANAL <input type="checkbox"/> TELHA FRANCESA <input type="checkbox"/> TELHA DE ZINCO <input checked="" type="checkbox"/>	
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS :	
11. SITUAÇÃO : 	
12. OBSERVAÇÕES :- Escada caracol central com mirante; Lanzaguim; Base de pedra; Capacidade 1500 a 2000 metros cúbicos; Não possui janelas ou portas; Descaracterização com construção de prédio envolvendo toda a caixa* d'água no qual funciona o museu das águas.	
13. FOTO : 	
14. LOCALIZAÇÃO : 	
15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA : Solta no lote	
DATA : 05/09/2003	
16. PESQUISADOR : Tiago, Clésia	

Fonte: Site da Prefeitura Municipal do Rio Grande

## 6.2 A Educação Patrimonial no Pescar

Com intuito de inserir a Educação Patrimonial no programa socioprofissionalizante para os jovens do projeto Pescar da Refinaria Riograndense, foi planejado, elaborado e desenvolvido o projeto intitulado “O Patrimônio Eternizado na Sala de Aula”. O projeto começa com o questionamento aos estudantes sobre seus conhecimentos sobre o termo patrimônio cultural e seu significado. Não se pode dizer que as respostas foram surpreendentes, mas, de certa forma, foram preocupantes. Dos 16 alunos da primeira turma, apenas um conhecia o termo e seu significado. Da segunda turma, três afirmaram ter um relativo conhecimento sobre o assunto.

O segundo passo foi apresentar o conceito de patrimônio cultural material e imaterial. Entretanto, com o propósito de tornar o projeto viável dentro do contexto do Pescar, devido aos demais conteúdos a serem trabalhados no curso, estabeleceu-se a utilização do patrimônio material como fonte de trabalho.

Foram organizadas palestras com o autor de diversos artigos e livros sobre a história da cidade do Rio Grande, Willy César<sup>14</sup>.

A seguir, foi exposto aos estudantes, primeiramente da turma do ano de 2016 e, posteriormente aos da turma de 2017, o que são e quais são os bens inventariados. Para reafirmar o conceito de patrimônio e a importância de sua preservação, foram retratados na sala de aula os nove bens tombados no município do Rio Grande listados anteriormente. Em seguida, foi solicitado que os jovens entrassem no site da prefeitura do Rio Grande e escolhessem entre os bens inventariados ali listados, de forma individual

---

14 Willy Cesar era formado pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Atuava em jornalismo desde 1974, na cidade do Rio Grande, onde nasceu e sempre residiu. O começo foi em outubro de 1974, com a publicação do seu primeiro trabalho, o jornalzinho Atocha, pelo grêmio estudantil da escola. Trabalhou como jornalista no jornal Agora (1979), na Rádio Minuano (1981 a 1982), nas assessorias de Comunicação Social da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG (de 2001 a 2005); na Empresas Petróleo Ipiranga (1986 a 1996); na Prefeitura do Rio Grande (1997 a 2001) e na Festa do Mar (1991 a 1992 e 2006 a 2007). Para a TV FURG, produziu e apresentou 22 documentários sobre a história da cidade e do cinema, entre 2003 e 2004. Para a RBS TV Porto Alegre, fez a pesquisa para o episódio “Na rota dos imperadores”, da série Histórias Extraordinárias em 2009. Willy Cesar foi patrono da 44ª Feira do Livro da FURG, realizada de 26 de janeiro a 5 de fevereiro no Balneário Cassino. Fonte: <<http://www.jornalistas-rs.org.br/detalhes-noticia/?txtIdNoticia=1312>> Acesso em: 06 Jun 2018.

e segundo sua concepção, os 10 mais importantes em termos históricos, arquitetônicos ou de beleza. Os escolhidos deveriam ser apresentados em sala de aula com as devidas justificativas da escolha.

A partir daí, procedeu-se um cruzamento das escolhas de cada estudante com o intuito de selecionar os cinco mais votados da turma. Após, foi feita uma visita *in loco* com a intenção de aprender sobre a história do bem selecionado e verificar as condições atuais dos prédios, bem como para aproximar os jovens do patrimônio cultural de sua localidade, salientando a importância desse elemento na construção social e na interação com a sua comunidade, destacando a conscientização da importância da herança cultural para a formação de suas identidades.

### 6.2.1. O Patrimônio Eternizado na Sala de Aula – Turma 2016

Figura 18: Turma ano 2016



Fonte: Acervo da autora

A turma de 2016 (figura 18) era composta por 16 jovens, sendo 6 meninas e 10 meninos, com idades entre 18 e 20 anos. Eram oriundos dos bairros: Castelo Branco I, Parque Marinha, Quinta, São Miguel, Vila Maria, Navegantes e Getúlio Vargas. O grau de escolaridade era de 3 jovens com o Ensino Médio completo e 13 concluindo o Médio.

O curso de 2016 começou no dia 05 de abril, devido à necessidade de reformulação no eixo profissional<sup>15</sup>, conforme já foi detalhado no capítulo 3 dessa dissertação, e finaliza em 15 de dezembro, totalizando uma carga horária de 808 horas, dividida em 60% para o desenvolvimento pessoal e cidadania, e 40% para o desenvolvimento profissional. As aulas foram todas ministradas nas dependências da RPR, de segunda a sexta-feira, das 8 h às 12 h.

Os cinco bens culturais mais votados pela turma foram: o Sobrado dos Azulejos (figura 13), a Catedral de São Pedro (figura 10), o Prédio da Alfândega (figura 9), o Paris Hotel (figura 15) e o Complexo da Fábrica Rheingantz (figura 20). Dos cinco mais votados, foi escolhido pelos jovens o Complexo da Rheingantz, devido a sua grande influência na história da industrialização no Rio Grande do Sul, já que foi a primeira indústria gaúcha, fundada em 1873 e tombada pelo IPHAE no ano de 2012.

Figura 19: Imagens atuais dos bens mais votados da turma 2016: Sobrado dos Azulejos; Catedral de São Pedro; Prédio da Alfândega e Paris Hotel



---

<sup>15</sup> O eixo profissional mudou de soldador para operador de processos químicos.

Fonte: Acervo de Rosemary Paredes Rodrigues  
Figura 20: Prédios do Complexo da Fábrica Rheingantz



Fonte: Acervo de Rosemary Paredes Rodrigues

Os estudantes se interessaram por sua história por estarem inseridos em uma indústria, a Refinaria Riograndense, que também contribuiu em muito para o crescimento de nosso município.

Conforme já foi mencionado, a metodologia utilizada para a realização do projeto foi a do **Guia de Educação Patrimonial** (1990), de Evelina Grunberg, Maria de L. P Horta e Adriane Monteiro. Porém, foi resumida em quatro etapas: observação (usa-se nessa etapa exercícios de percepção sensorial, por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, etc, de forma que o bem cultural ou tema observado seja explorado ao máximo), o registro (busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo), a exploração (análise do bem cultural, desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados) e a apropriação (recriação do bem cultural, através de releitura,

dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, provocando nos participantes, uma atuação criativa e valorizando o bem trabalhado).

A observação aconteceu por meio de uma palestra sobre a importância da Fábrica no processo de industrialização do Estado do Rio Grande do Sul e exposição de materiais (ponches, fotos, jornais, livros). O registro foi a partir de entrevistas com familiares ou vizinhos que trabalharam na Rheingantz. A exploração do objeto se deu numa visita técnica, na qual os jovens puderam verificar a magnitude do complexo e a precariedade de sua conservação. A apropriação se concretiza na exposição de fotos que a turma organizou para apresentar aos colaboradores da Refinaria, com a finalidade de sensibilizá-los para a importância da conservação e valorização de um bem patrimonial.

As atividades sobre o patrimônio arquitetônico escolhido tiveram a duração de 20 horas divididas em apresentação dos conceitos de Patrimônio Cultural e a história do processo de industrialização no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir da história da Fábrica. Igualmente, foram realizadas entrevistas com ex-funcionários, uma exposição de fotografias, objetos e documentos da antiga fábrica e uma visita técnica às dependências que formam o complexo da Rheingantz.

Figura 21: Conceituando o Patrimônio



Fonte: Acervo da Autora

Após a escolha do bem cultural a ser explorado, foi aberta uma roda de conversa para que pudessem analisar as relações existentes entre a importância que a Rheingantz e a Refinaria tiveram e têm no crescimento da cidade, levando em conta o tempo histórico e cultural de cada época.

Para que os jovens compreendessem a importância da conservação de um patrimônio cultural, foi proposto aos alunos que se projetassem no futuro e imaginassem como estaria a Refinaria daqui uns 40 anos. Todos responderam que gostaria que estivesse como agora, na ativa, conservada e se possível alguns deles ali trabalhando. A evidência de pertencimento a essa empresa estava nítida em suas palavras e expressões: “essa empresa sempre estará aqui” (SAMARA, 19 anos), “Com a importância que tem na economia da cidade nunca será esquecida” (LARISSA, 18 anos), “a Refinaria faz parte de nossas vidas” (EDUARDO, 18 anos). O sentimento de pertencer é a necessidade de se sentir enraizado e gerar uma referência e identidade social.

O patrimônio tanto pode ser material ou imaterial, mas tem que ter um valor subjetivo que transcende os aspectos físicos. Conforme Silva, (2013, p. 3) “[...] além dos valores históricos, artísticos etc, atribuídos ao patrimônio por AlöirRigel em 1903, existem valores fundamentados no sentimento de pertencimento e no ganho de bem-estar que proporciona”.

É preciso se sentir parte de algo e com ele compartilhar comportamentos dando espaço para o processo de construção de identidade. Somente quando a identidade é posta em dúvida é que se faz necessário recorrer à memória (mesmo que seja uma memória projetada) e à narrativa memorial para construir ou (re)afirmar uma identidade: “A busca memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria, apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível” (CANDAU, 2011, p. 10).

Pela necessidade de compreender a verdadeira contribuição que a Rheingantz teve para com o crescimento industrial do Rio Grande, a turma realizou pesquisas, analisaram objetos, fotos, jornais e assistiram a uma palestra sobre a história da industrialização no RS e o pioneirismo da Fábrica.

Figura 22: Análise de materiais



Fonte: Acervo da Autora

O desejo por mais informações foi crescendo e a necessidade de ouvir e registrar o que a comunidade guardava em suas memórias fez com que fossem realizadas entrevistas semiestruturadas com ex-funcionários da antiga fábrica. As narrativas confirmavam o que autores conceituados já colocavam em seus livros e/ou artigos: o carinho de todos pela empresa centenária: “A fábrica acolhia seus funcionários. Tinha muito mais mulheres empregadas que homens. Trabalhei lá até me aposentar, por isso me entristece muito ver o estado que ela se encontra” (OSNI GARCIA, 82 anos).

Sentiu-se a necessidade de visualizar e explorar o Complexo. Ver de perto o que restou dessa grandiosa fábrica. A visita técnica foi de grande valia para que a turma tomasse consciência da responsabilidade de cada um com a preservação de um bem cultural. Entenderam que a Educação Patrimonial é de suma importância para o cotidiano dos espaços de formação. O entendimento dos conceitos de identidade, pertencimento e patrimônio cultural estava concretizado frente a tanta degradação causada pelo descaso público e político.

Figura 23: Visita Técnica à Fábrica Rheingantz no dia 19/07/2016



Fonte: Acervo da Autora

A turma resolveu começar sua apropriação pela história da Rheingantz realizando uma exposição com as fotos que registraram durante da visita técnica nas dependências da Refinaria para sensibilizar seus diretores e funcionários e fazer com que cada pessoa que visualizasse o triste caminho da degradação da primeira fábrica gaúcha se conscientizasse, difundisse sua história e auxiliasse de alguma forma com a conservação desse patrimônio. A Refinaria é uma empresa que se preocupa com a valorização dos bens culturais e financiou através da Lei *Rouanet* o restauro da Catedral de São Pedro, Sobrado dos Azulejos, Igreja da Conceição e Igreja do Carmo.

Figura 24: Exposição de fotos realizada pelos jovens



Fonte: Acervo da Autora

Após o término do projeto na turma de 2016, foi possível perceber que um novo saber tinha se concretizado naquela sala, todos começaram a comentar a história de seus bairros e quais patrimônios que lá existiam e que é necessário passarem por uma revitalização e restauro, pois traziam a memória de seus habitantes. Um dos jovens que morava no bairro Getúlio Vargas lembrou da sede do bloco carnavalesco “Nega Tereza”, a jovem que morava na Ilha dos Marinheiros trouxe para a turma que a Jurupiga é uma bebida fabricada naquela região e que já é considerada um patrimônio cultural de nossa cidade. Todas essas narrativas junto à indignação da turma ao saber, pelas redes sociais, que a catedral tinha sido pichada por vândalos evidenciaram o resgate da relação do afeto entre o seu meio e seus patrimônios.

A efetuação de um novo saber se evidencia na sala de aula, a educação no seu sentido amplo torna-se um dos principais meios de realização de mudança social e pode ser vista como um recurso de adaptações em um mundo de mudanças. A educação é um processo constante e para a vida toda, independentemente da idade e do meio social em se vive.

A educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vista a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade às mudanças no sentido desejado (BRANDÃO, 1981, p. 84).

Para que as mudanças desejadas ou analisadas acontecessem não foi necessário estabelecer uma prática educativa transformadora, ou um procedimento metodológico capaz de formar a consciência crítica dos jovens, e sim, através do desenvolvimento de vínculos teórico-práticos com os jovens e sua comunidade, o despertar do pertencimento e envolvimento com a sua própria história. Para Vazquez:

Essa atividade prática do homem (a práxis) oferece diversas modalidades. Dentro delas cabem os diversos atos orientados no sentido de sua formação como ser social, e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais. Na medida em que sua atividade toma por objeto não um indivíduo isolado, mas sim grupos ou classes sociais, e inclusive a sociedade inteira, ela pode ser denominada práxis social, ainda que num sentido amplo toda prática (inclusive aquela que tem por objeto direto a natureza) será vista de um caráter social, já que o homem só pode levá-la a cabo contraindo determinadas relações sociais (relações de produção na práxis produtiva) e, além

disso, porque a modificação prática do objeto não humano se traduz por sua vez numa transformação do homem como ser social (1997, p. 200).

É permitido fazer referência que os jovens interagem criativamente mediante a uma ação, a *práxis*, quando são estimulados a assumirem os problemas ou conflitos que se tornam desafios comuns a eles. Isso tudo se concretiza de forma natural, principalmente na educação não formal, com uma ação educativa, que explicita os conflitos humanos e sociais para desafiar os jovens a interagirem na busca de sua superação social e pessoal.

### 6.2.2. O Patrimônio Eternizado na Sala de Aula – Turma 2017

Figura 25: Turma ano 2017



Fonte: Acervo da Autora

A turma de 2017 (figura 25), era composta por 18 jovens, sendo 7 meninas e 11 meninos, com idade entre 18 e 21 anos, procedentes dos bairros: Santa Rosa, Cidade de Águeda, Castelo Branco I, São Miguel, Junção, Vila Maria, Santa Tereza, Getúlio Vargas, Lar Gaúcho e Navegantes. Nesta turma, três jovens já estavam ingressando na FURG, três já tinham concluído o Ensino Médio e 12 estavam cursando o Médio. Em 2017, o curso ofertado foi o de Operador de Processos Químicos e Petroquímicos, com duração de nove meses, totalizando uma carga horária de 818 horas, dividida também, em 60% para o desenvolvimento pessoal e cidadania, e 40% para o desenvolvimento profissional. As aulas foram todas ministradas nas dependências da RPR, de segunda a sexta-feiradas 8 h às 12 h.

A Educadora Social replicou igualmente a metodologia utilizada em 2016 com a turma do ano 2017 e, ao pesquisar os bens culturais, também cada um escolheu de forma

livre seus dez bens culturais que, posteriormente, foram apresentados em sala de aula. A partir daí, a turma realizou uma votação, na qual os cinco bens mais votados foram: Santa Casa de Misericórdia, Biblioteca Riograndense, Complexo da Fábrica Rheingantz e Praça Tamandaré (figura 26) e o Mercado Público (figura 27).

Figura 26: Imagens atuais dos bens mais votados da Turma 2017



Fonte: Acervo da Autora

Porém, para realizar o projeto que explorasse a relação do bem cultural com o ensino de História, desta vez foi escolhido o Mercado Público, por ter sido o mais votado entre a classe.

Os jovens se interessaram pelo Mercado, pela sua história e, através de pesquisas feitas na internet, descobriram que os mercados públicos são espaços de múltiplos usos, um ambiente que cria uma condição favorável para as representações sociais, não sendo só um ambiente de comercialização, mas principalmente de socialização.

Figura 27: Turma 2017 no Mercado Municipal



Fonte: Acervo da Autora

As quatro etapas da metodologia foram realizadas da seguinte maneira: a observação se deu através de uma palestra sobre a importância do Mercado Público para o crescimento social e econômico do município; o registro com pesquisa na internet, análise de fotos cedidas pelo palestrante e jornais e entrevistas com comerciantes e frequentadores do Mercado. A exploração do objeto se deu numa visita, na qual os jovens puderam verificar a arquitetura e conservação do prédio. A apropriação se concretizou da mesma forma que o ano anterior, através de uma exposição de fotos organizada pela turma. Com essa exposição, a turma sensibilizou os colaboradores da RPR a usufruir desse bem cultural que desde 1863 vem contribuindo para o desenvolvimento do comércio local e atualmente servindo de espaço turístico e cultural.

Figura 28: Pesquisa na Internet realizada pela turma de 2017



Fonte: acervo da Autora

Com a palestra do jornalista e escritor Willy Cesar, a turma conheceu um pouco mais da história do Mercado. Antigamente, esses eram chamados de Centro de Compras Populares. Hoje, além de ser um centro de comércio e gastronomia, é também local de lazer e atividades culturais.

Figura29: Palestra do escritor e jornalista Willy César na Unidade Pescar da RPR em 18/08/17

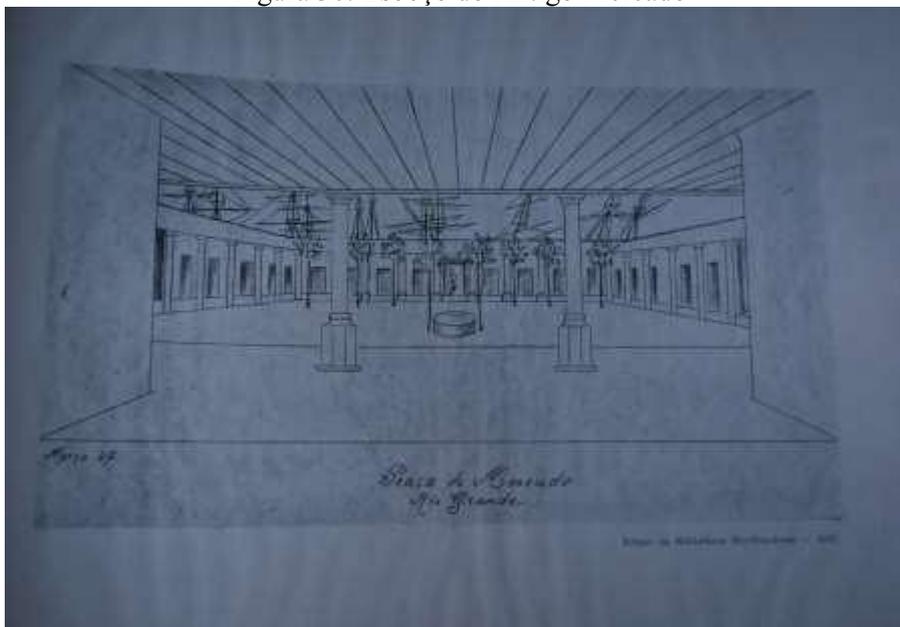


Fonte:Acervo da Autora

No ano de 1844, é erguido o prédio do meio do Mercado e conforme afirmou o escritor: “era o miolo do Mercado atual que foi construído naquele ano”. Com o crescimento da cidade, a Câmara de Comércio ajuda financeiramente na ampliação do

prédio que sempre esteve situado no mesmo endereço na Rua General Osório, 1. O Prédio novo foi construído no ano de 1863.

Figura 30: Esboço do Antigo Mercado



Fonte: acervo da Biblioteca Riograndense

Figura 31: Mercado Público do Rio Grande - século XIX



Fonte: acervo da Biblioteca Riograndense

Na década de 50, o Mercado teve um segundo pavimento, mas devido à fragilidade de sua estrutura e com o receio que sua base não suportasse o peso e prejudicasse toda a construção, foi decidido em 1959 que o piso superior fosse demolido.

Figura 32: Mercado com dois pavimentos - anos 50



Fonte: acervo da Biblioteca Pública

O Mercado Público do Rio Grande teve sua fachada e parte externa restaurada. A obra foi finalizada em 2014. Essa reforma foi de essencial importância para comunidade, pois além de oportunizar que as várias bancas ali existentes (artesanato, restaurante, lancherias, comércio de pesca, calçados, material de reforma e rações) voltassem à sua função econômica, devolveu à cidade mais um dos lindos cartões postais.

Figura 33: Mercado Público 2010 e 2017



Fonte: site Prefeitura Municipal

Não podendo ficar só com a história documental e a belezas das gravuras e fotos, a turma sentiu necessidade de ouvir as pessoas que circulam e trabalham dentro deste bem cultural.

Uma das jovens da turma, Amanda conversou com o senhor José Artur, proprietário da lancheria Beira Mar, que funciona no Mercado Público há mais de quatro décadas. Seu José comentou que tem seu estabelecimento há mais de 40 anos e hoje tem cinco funcionários e que trabalha todos os dias das três da madrugada até a meia-noite do outro dia. “Em tempos de finados eram vendidos em média 2000 flores em algumas bancas, a população era pouca, embora existisse turistas, mas a venda dos produtos do mercado era bem maior, os valores eram baixos e atraia os clientes.” O proprietário percebe a mudança dos tempos, mas garante: “meu estabelecimento é ainda hoje muito movimentado, e até mesmo alguns políticos como o vice-prefeito e alguns vereadores são meus fregueses”.

O estudante Wesley, outro integrante da turma, surpreendeu-se ao conversar com Jorge Luiz Velasco, funcionário da prefeitura, que trabalha há 29 anos na conservação, manutenção, limpeza e ordem do prédio do Mercado. Para Jorge Luiz, “o Mercado é tudo de bom, sempre com bastante movimento e muitos amigos”.

Natália ouviu de dona Vera Lucia Lameiro Rodrigues, proprietária da banca Tia Lucia: “essa banca está há mais de 50 anos na minha família, só eu estou aqui quase 40”. Ela comentou que a restauração da fachada atraiu mais fregueses: “A fachada mais bonita e limpa oportuniza a entrada das pessoas, delas participarem da vida do Mercado e nos ajudarem a comercializar nossos quitutes.”

Surgiu, então, a necessidade de visualizar e explorar o tão “gostoso” Mercado Público. Ver de perto a arquitetura, as bancas e ouvir as conversas das pessoas que entram e saem do Mercado. Cada uma com seus afazeres, suas histórias e com suas vidas, mas que diariamente contribuem para que a vida, a história e preservação de um espaço de mais de 154 anos permaneça erguido entre nós. A visita técnica foi de grande importância para a turma, pois além de um momento de lazer, tomaram consciência da responsabilidade de cada um com a preservação com o patrimônio cultural.

Do mesmo modo que a turma anterior, a apropriação pela história do Mercado Público começou com uma exposição de fotos e frases de incentivo a valorização deste bem cultural. Essa exposição foi realizada nas dependências da empresa, com o intuito de

sensibilizar os colaboradores a difundirem a importância de conservar os patrimônios culturais. Através de escuta de comentários e interrogações dos colaboradores da RPR aos jovens sobre a atividade realizada, foi possível perceber que o projeto de eternizar o patrimônio expandiu-se para além da sala de aula.

Figura 34: Visita técnica no Mercado 23/08/17



Fonte: Acervo da Autora

## 6.3 RESULTADOS

### 6.3.1 Percepções dos jovens sobre Educação Patrimonial

Na concepção de Horta et al (1999, p. 6), a Educação Patrimonial seria um instrumento de alfabetização cultural, à medida que possibilitaria que o sujeito envolvido faça uma leitura diferenciada do meio em que vive, sua realidade sociocultural e histórica, entendendo melhor sua trajetória passada e presente.

Percebi que existem muitos lugares em Rio Grande que são lindos, suas formas, seus jeitos, pinturas marcadas pelo tempo. Acho muito importante saber o que temos em nosso meio, não conhecia muito os traços de minha cidade e descobri bastante o que ela foi. As pessoas são a maior beleza e com as histórias contadas me deslumbrava mais e mais.

Hoje passo pela cidade e fico olhando todos os prédios antigos e monumentos, minha paixão é ver quantos anos eles têm e perceber o quanto foi importante (Pamela, estudante da turma de 2017).

Sendo assim, trabalhar com os patrimônios culturais estimula as pessoas adotarem atitudes de valorização e preservação dos seus bens patrimoniais

[...] nos dias atuais, pouco se fala sobre a preservação de nossos bens culturais que carregam toda uma história de um município, de diversas gerações. Hoje, valorizo muito nossas edificações históricas, sei da importância que elas carregam e a essência que possuem após passar por um período de aprendizagem sobre tais bens (Davi Briesi, estudante da turma de 2017).

As discussões nos meios educacionais sobre os patrimônios culturais auxiliam muito na contribuição para sua preservação:

[...] aprendi muito, aprendi coisas que eu nem imaginava, foi muito bom este aprendizado, sei que vou levar este aprendizado pro resto da minha vida, gostei muito, acho que devem por estes temas nas escolas desde cedo, por ser muito bom (Wesley Soares, estudante da turma 2017).

Com base nos estudos de Silva (2013), o patrimônio cultural representa uma parcela importante na riqueza de uma cidade e região, sendo de grande relevância o conhecimento de sua história para a conservação da identidade de seu povo: “[...] conheci um pouco mais da história do nosso município, pude aprender um pouco mais, e me apaixonar pela história do lugar de onde moro (Roberto, estudante da turma 2017).” Para o autor, o patrimônio como expressão de identidade evidencia a herança cultural, reportando a uma construção simbólica e coletiva. “[...] quando estou andando de ônibus fico olhando os prédios, vendo se tem data da sua construção ‘e penso o que será que esse bem representou na sua época e porquê e por quem foi construído, me sinto mais responsável por eles (Gissele, estudante da turma 2016).”

Sales (2006) afirma que processo de Educação Patrimonial reforça a ideia de que é preciso difundir o acesso ao (re)conhecimento da comunidade àqueles bens e manifestações que constituem a cultura local.

A educação patrimonial podia estar sempre presente em nossa vida, assim sempre conseguiríamos saber das mudanças ao longo do tempo, e estar sempre informados, é uma matéria cheia de novidades, pois podemos saber a cada momento um pouquinho mais sobre o passado e que com isso possa nos agregar muito no futuro (Patrick, estudante da turma 2016).

Trabalhar com a Educação Patrimonial possibilita despertar uma sensibilidade mais aguçada para com a preservação e pertencimento dos bens culturais. “Trabalhar com a Educação Patrimonial foi ótimo para me inteirar mais com a história da nossa cidade e ter outra visão dela. Aprendi acima de tudo a valorizar mais nossa cidade, pois conhecendo um pouco mais vi que nossa cidade é rica em cultura (Vinicius, estudante da turma 2017).” No contexto da Educação Patrimonial, aprofunda-se, então, a relação existente entre cultura e educação como premissa do ato educacional.

Conheci histórias e pessoas envolvidas com a história do município e me encantei. Tive mais paixão pelo lugar onde eu moro e pelas histórias que conheci. Para mim, essa educação era pra estar na nossa base, para que conheçamos desde o início da nossa história até os dias atuais. Isso leva a entender grandes acontecimentos e mudanças durante a história de uma sociedade. Uma matéria incrível e cheia de novidades que se tornam novas a cada pesquisa feita do passado. (Nicholas, estudante da turma 2017).

A Educação Patrimonial é um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, que possibilita aos indivíduos um melhor usufruir de seus bens culturais. Bezerra, diz que:

[...] educar é um ato político que visa à formação de sujeitos críticos que utilizem o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos. Esses direitos que incluem o acesso aos bens culturais são constituintes da cidadania. Isto posto, entendo que a escola forma cidadãos e não agentes do patrimônio cultural. Então, educação patrimonial é... educação (2006, p. 83).

O trabalho com patrimônio cultural envolve uma complexidade que necessariamente está presente no desenvolvimento da Educação Patrimonial:

Trabalhar educacionalmente com o patrimônio cultural não pode ser apenas uma tarefa de passagem de informações e discurso pré-fabricados... mas levar o aluno ou o aprendiz, no processo de

conhecimento, a identificar os ‘signos’ e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura, a mergulhar no universo de sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a ‘linguagem cultural’ específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se afetivamente com elas, através de vivências e experimentações, de modo a ser capaz de apropriar-se desses ‘signos’ e ‘textos’ culturais, incorporando-os ao sistema de sua ‘enciclopédia’ mental (HORTA, 2000, p. 30).

Logo, ficou evidenciado na escrita dos jovens o quão foram positivas as contribuições desta atividade para o conhecimento dos bens culturais de nosso município e a valorização da preservação do patrimônio cultural para a história individual e coletiva da comunidade.

Para concluir, fica aqui registrado a escrita de Ana Carolina, estudante da turma de 2016. O bem cultural explorado nessa turma foi o Complexo da fábrica Rheingantz:

Levei meus sobrinhos para conhecer o complexo da Rheingantz. É preciso que eles conheçam a história desta Fábrica tão importante para o desenvolvimento de nossa cidade. Aprendi que a fábrica foi a primeira indústria do Rio Grande do Sul, eram produzidos tecidos em lã, com fundadores de descendência Alemã, na época muitos operários ajudaram no crescimento da fábrica, muitos deles familiares uns dos outros, o trabalho era feito com ajuda de máquinas, chegavam a trabalhar durante horas sem parar. A indústria exportava tudo que se era produzido ali para o comércio exterior: como ponches e tapetes, por exemplo. Depois de algum tempo ela sofreu uma crise (não lembro a data) e veio a falência. Para mim foi como voltar ao passado, pois sempre passei ali, onde minha avó trabalhou, e nunca soube o real motivo que aquele prédio estava tão abandonado, gostei tanto que resolvi fazer meu trabalho de seminário (trabalho da Escola formal – Getúlio Vargas) com a história dessa fábrica que virou um patrimônio histórico para a cidade de Rio Grande (Ana Carolina, estudante da turma de 2016).

Trazer o estudo do patrimônio cultural para um campo democratizado, oportuniza a todos os indivíduos envolvidos a construção da história e a se sentirem responsáveis por ela.

### **6.3.2 Entendimento dos educadores da Rede Pescar sobre Educação Patrimonial**

No desenvolver do projeto, analisando as percepções dos jovens sobre os bens culturais, foi possível detectar que estudar os conceitos de patrimônio cultural fez com que eles se identificassem com a importância da conservação e a preservação do patrimônio cultural como uma questão de cidadania. Mais, eles entenderam que todos têm direito à memória e principalmente o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso município. Essas percepções me instigaram como educadora social e passei a refletir sobre compartilhar esse projeto. Para isso, foi preciso verificar se a Educação Patrimonial é trabalhada no Programa Pescar, e qual o entendimento dos educadores sobre esse tema centrado no Patrimônio Cultural.

Num primeiro momento, contatei através de e-mails com os cinco supervisores da Fundação Pescar para obter informação se o estudo sobre Patrimônio Cultural alguma vez já tinha sido explorado no eixo de desenvolvimento pessoal dos jovens da Rede. Supervisores são os profissionais responsáveis por dar suporte pedagógico, psicológico e de assistência social aos educadores. Obtive como resposta que esse tema não se encontrava na grade curricular e se algum educador estivesse trabalhando, eles não tinham essa informação formalizada.

Então, no Encontro Anual de Educadores, que é realizado no mês de agosto de cada ano, conversei com todas as educadoras e posteriormente encaminhei um questionário com três perguntas abertas aos 46 educadores do estado do Rio Grande do Sul. Como explicado anteriormente, essa seleção se deu por ser o estado com maior número de UPP. Porém, apenas 18 educadoras devolveram o questionário respondido.

As perguntas foram: (1) Qual o seu entendimento sobre Educação Patrimonial (EP)? (2) Você já explorou o tema EP com alguma turma do Pescar? (3) Qual contribuição que as pesquisas e trabalhos sobre o tema podem ter no ensino de jovens vulneráveis?

Em relação ao entendimento sobre Educação Patrimonial, dezesseis educadores não sabiam nada sobre o tema. A educadora da Unidade- Zensul/Porto Alegre, que atua há quatro anos na Rede, comentou que não conhecia o conceito, mas relatou que fazia algumas ações com a turma de preservação e revitalização da sala de aula: “Os jovens deixam a unidade mais bonita para a próxima turma”. Já a Educadora da Unidade do

Grupo Dimed/ Porto Alegre, que atua há 2 anos na Rede, é formada em Gestão de RH, respondeu que acredita ser referente ao patrimônio da empresa, “como é constituído, mantido e adquirido”.

Sabe-se que muitos estudos e pesquisas são feitas tendo a Educação Patrimonial como foco. Porém, ainda é muito desconhecida nos espaços de ensino não formal, muitas vezes por acreditar que está somente ligada ao estudo de História ou por total desconhecimento do tema, como se pode observar nas respostas das educadoras. Portanto, é necessário que a abordagem da Educação Patrimonial ganhe espaço no campo da educação, pois assim permitirá um maior relacionamento e aprofundamento dos conhecimentos comuns viabilizando a expansão da reflexão em torno da sua teoria e das suas práticas.

Sobre a segunda pergunta referente à exploração do tema com as turmas do Pescar, as educadoras responderam que não exploravam o tema e novamente a educadora da Zensul escreveu que explorava o tema com pequenas ações na Unidade, mas não explicou ou exemplificou quais seriam suas ações.

A terceira pergunta é: sobre qual contribuição que as pesquisas e trabalhos sobre o tema podem ter no ensino de jovens vulneráveis?

Essa mesma educadora trouxe que “cria um sentimento de pertencimento na turma e cria a cultura de cuidar do que é nosso, mas nosso como coletivo”, a outra respondeu que deve contribuir muito: “conseguiremos incentivar os jovens a conhecer as suas riquezas”. Algumas responderam que não poderiam opinar se não tinham conhecimento do tema. Outras escreveram que estavam envergonhadas por não conhecer o tema e que iam buscar entendimento.

A partir da análise das respostas das orientadoras, recorro as palavras de Arroyo (2007)

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade (ARROYO, 2007, p. 32).

O autor sinalizou em seus estudos que existe uma relação bem valorizada entre educação e patrimônio cultural, porém afirma que é pouco discutida e trabalhada pelos profissionais por desconhecimento das políticas públicas de proteção. No entanto, não deveriam ser esse o entrave para a exploração dos bens culturais.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a temática do patrimônio cultural a partir da proposta da inserção da Educação Patrimonial é de extrema importância para o processo de ensino como um método para aprender história, centrado na relevância dos bens culturais como fonte primária do desenvolvimento pessoal e coletivo dos discentes. Da mesma forma, a utilização de um projeto simples que, a partir da coerência do conceito, permita ao estudante perceber a estreita relação entre a cidadania, o patrimônio, a educação e a preservação da cultura local.

No processo educacional, a relação deve ser dialógica, educador e educando, para que exerçam conjuntamente seu papel de sujeito na construção do conhecimento. Do mesmo modo, no que se refere à dialética do sujeito com o mundo, vai moldar-se como fator cognoscente, amálgama do desenvolvimento do saber das mais diversas áreas e temas.

Também é fundamental entender o processo de formação da cidadania em seus vários aspectos e que se tenha a noção da responsabilidade de transmitir às próximas gerações, o legado artístico-histórico e cultural da sua região, preservando-os para as próximas gerações. É, portanto, o dever de todo profissional de educação dar importância às questões da consciência coletiva e desenvolver as potencialidades dos educandos no sentido de preservar sua herança cultural e na construção de sua identidade, num ambiente de diálogo, comunicação e interação. Mais ainda, quando se utiliza de formas inovadoras no processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, foi de grande relevância utilizar do referencial dos bens culturais da cidade do Rio Grande para o ensino de história junto aos estudantes do projeto social, denominado projeto Pescar da Refinaria Riograndense.

No que diz respeito ao patrimônio cultural, embora, conforme afirmou Chastel (1984), “[...] o patrimônio reconhece-se pelo fato de que sua perda constitui um sacrifício e que sua conservação pressupõe sacrifícios [...]”, a Educação Patrimonial deve compreender um investimento por parte de todos os agentes como transmissores, educadores e promotores da preservação para que os jovens, a partir dos ensinamentos e exemplos, possam exercer a sua cidadania de forma consciente, já que uma das finalidades da educação é o desenvolvimento dos educandos, preparando-lhes e

qualificando lhes para o trabalho e para a vida. Conforme acreditava Freire, a educação deve encorajar a explorar o mundo: “Uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço” (FREIRE, 2009, p. 100), ou seja, educação que permita a busca por pesquisas, que vá além da sala de aula.

Como podemos observar na escrita do estudante Nicolas 2016 “Comecei a gostar mais da cidade e me preocupar com a preservação dos prédios antigos, a partir do momento que conheci a história de cada um deles”. O estudante continua: “o mais importante, foi entender que a Rheingantz foi a primeira indústria gaúcha e, portanto, sua preservação significa mais que não deixar um prédio velho cair e sim, preservar a história da industrialização do Rio Grande do Sul”.

Assim, como ficou evidenciado no desenvolvimento do projeto, os jovens do Pescar das duas turmas analisadas possuíam pouquíssimo conhecimento sobre o conceito de patrimônio cultural e, por conseguinte, não acreditavam ser importante preservar os bens culturais. Da mesma forma, não conseguiam compreender que o processo de explorar um patrimônio cultural envolve acima de tudo um sentimento de reconhecimento, valorização e pertencimento, capaz de envolver o indivíduo na construção e conservação de sua história e da história de sua comunidade. Do mesmo modo, desconheciam as políticas de preservação e os bens culturais do município que estão inventariados e listados no site da prefeitura.

Logo, é possível concluir que com a elaboração, desenvolvimento e análise dos resultados desse projeto, que fez uso da Educação Patrimonial, provocou e despertou nos jovens a curiosidade de querer conhecer mais sobre a história do Rio Grande e de seu patrimônio. Estimulou o pensamento histórico, fez com que eles olhassem e voltassem ao passado, a fim de poderem ir à frente em seu agir, tornando o futuro esperável.

Além disso, os jovens compreenderam a necessidade de manter viva não só a história de seus antepassados, mas principalmente a de preservar e reinterpretá-lo, assim recriarão suas próprias histórias garantindo que a memória seja revisitada.

Ainda, referente aos objetivos do trabalho, no caso das educadoras que participaram da pesquisa, ficou evidente o desconhecimento sobre o tema patrimônio cultural, portanto, comprovado que não é um tema tratado nas unidades da Rede Pescar. O educador social ao planejar, organizar e pensar sobre suas ações e intervenções deve saber pensar junto de seus pares dos problemas do âmbito profissional em prol de uma

melhor compreensão para o desenvolvimento da profissão nos espaços públicos. Deve refletir sempre sobre sua própria prática, avaliando sua intenção, ação e o resultado esperado. Principalmente se permitindo a explorar novos temas que facilitem aos educandos verem na educação a possibilidade de mudar sua realidade, a descobrir novos caminhos e alternativas de ver o mundo, tornando-se um agente de transformação.

Fazer com que essa pesquisa se torne um caminho ou suporte aos educadores do Programa Pescar é oportunizar que os patrimônios culturais se eternizem nas salas de aula. Consequentemente, favoreceremos que, além de uma formação básica comportamental e profissional, esses jovens conheçam, valorizem e preservem sua história. Isso se torna possível através da Educação Patrimonial que consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, despertando o interesse em resolver questões que tenha significado para sua própria vida, pessoal e coletiva.

Isso posto, urge a necessidade de incentivar e multiplicar essa prática, já que somos todas educadoras sociais que tem como atuação profissional o resgate das pessoas em vulnerabilidade, com o objetivo de torná-las ativas, conhecedoras de direitos e responsabilidades. Somos profissionais que exercem ações de educação, servindo de mediadoras entre as pessoas que buscam por seus direitos e deveres humanos, pela justiça social e pelo exercício da cidadania.

Igualmente, considero ter ficado evidente na escrita dos jovens o quão positivas foram as contribuições desta atividade para o conhecimento dos bens culturais de nosso município e a valorização da preservação do patrimônio cultural para a história individual e coletiva da comunidade.

Enfim, trazer o estudo do patrimônio cultural para um campo democratizado, oportuniza a todos os indivíduos envolvidos na construção da história a se sentirem responsáveis por ela. Portanto, considero ser fundamental a inclusão da Educação Patrimonial no currículo do Programa Projeto Pescar.

## 8. REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Margarete Paneraiet *al.* **Construindo o social através da ação e da responsabilidade.**Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

ALTMAYER, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. **Cidade do rio Grande, 270 anos, a mais antiga do estado.** Caderno de história memorial do Rio Grande do Sul, num. 33. 2009.

ARROYO, Miguel G. Educação e Exclusão da Cidadania. In: BUFFA, Ester. **Educação e Cidadania.** 13ed. São Paulo, Cortez, 2007. p. 31-79

BALLART, Josep. **El Patrimônio Histórico y Arqueológico:** Valor y Uso, Barcelona, Ariel Patrimônio Histórico, 1997.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. Educação Patrimonial e ensino de história: registros, vivências e proposições. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel [et al.]. **Ensino de história: desafios contemporâneos.** Porto Alegre: EXCLAMAÇÃO: ANUPUH, 2010. p. 15-24

BEZERRA, Márcia. Educação [bem] patrimonial e escola. In: NAJJAR, Jorge; CAMARGO, Sueli (Org.). **Educação se faz (na) política.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2006. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. (Série Práxis Educativa).

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é educação?**39 ed.São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BISSO SCHMIDT, Benito. **Conhecimento histórico e diálogo social.** Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPAM, Adriana. **Educação Patrimonial:** uma experiência em busca de uma inovação no ensinar e no aprender. Disponível em: Acesso em: nov. 2017.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPPELLIN, P., GIULIANI, G.M., 1999, Os Herdeiros: estudo de caso das empresas de porte médio da região serrana do estado do Rio de Janeiro, em: A.M. Kirschner, e E,R. Gomes, **Empresa, Empresário e Sociedade,** Sette Letras, Rio de Janeiro.

CESAR, Willy. **Chico Bastos, o pescador/** Willy Cesar. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2011.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHASTEL. André. La notion de patrimoine. In: NORA, Pierre. **Leslieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

CUNHA, Roberta Caiado; CROSARA, Cruz Balestra. Educação **patrimonial: patrimônio cultural, cidadania e educação**. *Interlink*, Goiás. v. 2, n.2, p. 57 – 67, jul. – dez. 2011.

Decreto-Lei N 25, de 30 de novembro de 1937.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

FARIA, Nathalie Danif M. de. Curso de Educação Patrimonial profissionalizante: instrumento de inserção social para jovens de 14 a 18 anos moradores da cidade de Sabará. (Dissertação)- Mestrado Profissional em Turismo. Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo, 2008.

FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, E. B. et al. (Orgs.) **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentável**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 25-35.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. **Relatório de Atividades 2017**. Porto Alegre, 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2016**. Porto Alegre, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo, Publisher Brasil, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. São Paulo: Alínea, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O Patrimônio como Categoria do Pensamento. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1993.

GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação. Brasília: IPHAN, 2007.

HARTLEY, J. F. Case Studies Research. In: CASSELL, C. e SYMON, G (Ed.) **Qualitative Methods in Organizational Research: a practical guide**. London: Sage, 1995.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Bibliex Cooperativa, 1994. 222p.

HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999. P.7.

IPHAN. Manual de Aplicação/INRC. Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Departamento de Identificação e Documentação. Brasília: IPHAN/MinC, 2000.

LA BELLE, Thomas, 1986. **Nonformal Education in Latin American and the Caribbean Stability, Reform or Revolution?** New York: Praeger.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial**. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel [et al.]. Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EXCLAMAÇÃO: ANUPUH, 2010. p. 25-37.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, 2002.

MORAN, José Manuel. Mudar a forma de ensinar e de aprender-transformar as aulas em pesquisas e comunicação presencial-virtual. **Revista Interações**.v5 (1999): 57-72.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2007.

NAVARRO, J. C. As ONGs e a prestação de serviços sociais na América Latina: o aprendizado começou. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos**. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out (Cadernos ABONG)

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo; pioneira, 2001.

PAIM JS. SUS: desafios e perspectivas. Consensus. **Revista do Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. 2010; 1:33-6

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: **introdução aos parâmetros curriculares** nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimônio cultural**. In: Política y sociedad, 27(1998), Madrid (pp 63-76).

\_\_\_\_\_. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n 21, p. 17-35, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e patrimônio histórico. Estratégias de preservação e reabilitação da paisagem urbana**. Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos. México, Universidad Nacional de México, n.38, 2004. 2

PERUZZO, CMK. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. 2002. **Simpósio em Comunicação do Centro-Oeste**, v. 5, p. 20, 2013.

POSSOLI, T. **A importância da educação patrimonial: a CSN como patrimônio histórico em Siderópolis**. Monografia. Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. 2008. Disponível em <http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000038/00003826.pdf>, acesso em 02 de junho de 2017.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar**

**Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE. **75 anos de Refino de Petróleo no Brasil.** Rio Grande, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica** - Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SILVA, Rogério Piva da. **Quanto vale um patrimônio cultural?** O caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande/RS. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura:** biografia e ética. História, São Paulo, v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

SOARES, André Luis Ramos, and Sérgio C. KLAMT. **Educação Patrimonial:** teoria e prática. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

SGORLA, Andrey Felipe. **Descentralizando políticas, profissionalizando jovens: Um estudo do Programa de Aprendizagem Profissional.** Dissertação (Dissertação em ciências sociais) PUCRS, Porto Alegre, 2015.

TORRES, Luiz Henrique. **Câmara Municipal do Rio Grande:** Berço do Parlamento Gaúcho. Salisgraf, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## Apêndice A

Questionário aplicada aos jovens das turmas de 2016 e 2017

### PROJETO

#### “O PATRIMÔNIO ETERNIZADO EM SALA DE AULA”

Nome: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

(1) O que você aprendeu ao participar dessa ação educativa sobre os Bens culturais?

---

---

---

(2) Como foi para você trabalhar com a Educação Patrimonial?

---

---

---

(3) Você acredita que a Rede Pescar deve incorporar a temática da Educação Patrimonial a seu programa?

---

---

---

(4) Como a Educação Patrimonial mudou sua percepção sobre o patrimônio material de sua comunidade?

---

---

---

(5) Na sua opinião, qual foi a maior contribuição da ação educativa sobre a sua percepção da importância do patrimônio e sua preservação?

---

---

## **Apêndice B**

Questionário aplicada aos Educadores da Rede Pescar – RS

PROJETO

**“O PATRIMÔNIO ETERNIZADO EM SALA DE AULA”**

**Educadores Sociais – Unidades da Rede Pescar – RS**

(1) Qual o seu entendimento sobre Educação Patrimonial (EP)?

---

---

---

---

---

(2) Você já explorou o tema EP com alguma turma do Pescar?

---

---

---

---

---

(3) Qual contribuição que as pesquisas e trabalhos sobre o tema podem ter no ensino de jovens vulneráveis?

---

---

---

---

---

---

## Apêndice C

### Termo de Autorização para a Utilização de Imagem som e Voz

\_\_\_\_\_ (nome),  
\_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil),  
\_\_\_\_\_ (profissão), portador da Cédula de Identidade RG nº  
\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF. sob nº \_\_\_\_\_, residente à Rua  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, **AUTORIZO** o uso da minha imagem, nome, som e voz em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para ser utilizada em materiais promocionais e institucionais da **FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR**, instituição privada **sem fins lucrativos**, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.932.411/0001-15, com sede na Av. Sertório, nº 1988, Porto Alegre – RS, destinadas à divulgação ao público em geral, para fins de pesquisas acadêmicas e/ou apenas para uso interno desta instituição, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, bem como por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem, nome, som e voz acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros), obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso Lei nº 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto nº 3.298/99 alterado pelo Decreto nº 5.296/2004).

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos ao meu nome, imagem, som e voz ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 03 (três) vias de igual teor e forma.

\_\_\_\_\_ (Cidade), \_\_\_\_\_ (Data)

\_\_\_\_\_ (Assinatura).